



**Uema**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL  
DO MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CAMPUS PINHEIRO  
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

**EDILENE MELO GARCIA**

**“CRIANÇA NÃO TEM SEGREDO”**: uma abordagem preventiva contra o abuso sexual  
realizada no 3º ano do ensino fundamental

Pinheiro  
2025

**EDILENE MELO GARCIA**

**“CRIANÇA NÃO TEM SEGREDO”**: uma abordagem preventiva contra o abuso sexual  
realizada no 3º ano do ensino fundamental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de  
Pedagogia Licenciatura da Universidade Estadual do  
Maranhão – UEMA, para obtenção do grau de licenciatura  
em Pedagogia.

Orientadora: Prof. Ma Edilene Reis Pereira

Pinheiro  
2025

Garcia, Edilene Melo

“Criança não tem segredo”: uma abordagem preventiva contra o abuso sexual realizada no 3º ano do ensino fundamental. Edilene Melo Garcia. – Pinheiro, MA, 2025.

71 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Pinheiro, 2025.

Orientadora(a): Profa. Ma. Edilene Reis Pereira

1. Abuso sexual. 2. Abordagem preventiva. 3. Ensino Fundamental 3º ano.  
I. Título.

CDU 364.65:372.3(812.1)

## **EDILENE MELO GARCIA**

**“CRIANÇA NÃO TEM SEGREDO”**: uma abordagem preventiva contra o abuso sexual realizada no 3º ano do ensino fundamental

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 22/01/2025

### **BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **EDILENE REIS PEREIRA**  
Data: 17/02/2025 13:02:13-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Ma. Edilene Reis Pereira (Orientadora)  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente  
 **EANES DOS SANTOS CORREIA**  
Data: 17/02/2025 15:44:56-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Eanes dos Santos Correia  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente  
 **RYERMESON PEREIRA MARTINS**  
Data: 17/02/2025 16:52:53-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Esp. Ryermerson Pereira Martins  
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

À minha mãe (*In memoriam*) a mulher que a cada passo meu na vida têm suas digitais. Prometo honrar sua memória e tentar vingar-me da finitude da vida ao carregar sua essência comigo em todas as minhas conquistas.

Aqui está o nosso tesouro, um legado construído após tantos naufrágios, um tributo eterno ao amor que nunca se apaga e que transcende este plano.

A infância é um chão que pisamos sempre.  
Lya Luft

## AGRADECIMENTOS

À medida que concluo este estudo, não posso deixar de refletir sobre os desafios enfrentados ao longo do caminho. A perda da minha mãe (Jocelina) no final deste percurso trouxe uma dor imensa, mas também uma força renovada.

Em meio a essa dor, sou grata a Deus, que me sustentou a cada passo. Como está escrito em 1 Tessalonicenses 5:16-18: “Alegrai-vos sempre, orai sem cessar, em tudo dai graças; porque esta é a vontade de Deus em Cristo Jesus para convosco”.

Rendo graças à Virgem Maria, cuja intercessão tem sido um conforto constante nas minhas orações.

Ao meu pai, agradeço por ser um exemplo de honestidade, caráter e integridade. Suas mãos calejadas, trabalhadoras sob o sol escaldante nunca permitiram que eu tivesse minhas asas cortadas, ao contrário, sempre me incentivaram a voar mais alto e mais longe.

À minha irmã Lene, cuja sua vitória no vestibular acendeu uma luz dentro de mim e me mostrou o caminho a seguir. Eu desejo ver os olhos do meu pai brilharem de orgulho por mim, assim como brilharam na sua colação de grau.

À minha irmã Juliana, sua linguagem de amor em atos de serviços fizeram toda a diferença, mesmo à distância, suas comidas sempre me fizeram sentir em casa.

Às minhas primas Célia e Rozélia, pelo apoio incondicional e amor constante desde que eu era criança e que continua até hoje.

Aos meus sobrinhos João Lucas, João Gael e Davi Lucca que foram a minha inspiração para a criação do enredo que conta no produto pedagógico, minha fonte de alegria infinita.

Aos amigos de longa data Rayssa, Dennys, Lindy, Joicy, Maria Bárbara e tantos outros que me ajudam a reconhecer quem sou e de onde vir.

À minha amiga Jelza, cuja amizade me sustentou durante as tempestades com sua paz, cumplicidade e amor.

Minha eterna gratidão à minha orientadora, professora Edilene Reis, sua disposição em aceitar meu convite sem hesitar fez toda a diferença na minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos da Universidade, agradeço por embarcarem nessa jornada. A caminhada foi linda, porém desafiadora, e sou grata por tê-los ao meu lado.

Aos dois professores que fizeram parte da pesquisa, primeiro por aceitar tratar sobre um tema tão sensível. De maneira geral, agradeço a todo corpo escolar por aceitar e acatar a proposta contida no estudo. Além disso, agradeço aos amigos que se dedicaram junto comigo a

desenvolver o produto pedagógico “criança não tem segredo”, a colaboração e o esforço de cada um foram fundamentais para que esse projeto ganhasse vida.

Com amor,  
Edilene Melo Garcia

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Primeiro grupo focal/quantitativo.....	36
Quadro 2 – Segundo grupo focal/quantitativo .....	36
Quadro 3 – Idade .....	36
Quadro 4 – Formação acadêmica .....	36
Quadro 5 – Tempo de docência .....	36
Quadro 6 – Tempo de docência no ensino fundamental anos iniciais.....	36
Quadro 7 – Responsabilidade da escola na prevenção do abuso .....	40
Quadro 8 – Abordagem do abuso sexual infantil nas aulas .....	41
Quadro 9 – Tratamento do tema no espaço escolar e sua importância .....	42
Quadro 10 – Métodos para trabalhar a conscientização do corpo e seus limites .....	42

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa do produto pedagógico .....	33
Imagem 2 – Colaboradores .....	33
Imagem 3 – Apresentação aos professores .....	33
Imagem 4 – Apresentação dos personagens .....	33
Imagem 5 – Atividade “corpo amigo” .....	34
Imagem 6 – Atividade “cruzadinha” .....	34
Imagem 7 – Atividade “enigma” .....	34
Imagem 8 – Atividade “caça-palavras” .....	34
Imagem 9 – Apresentação da autora e orientadora .....	35
Imagem 10 – Observação da aula de P2 .....	45
Imagem 11 – Observação das aulas em sala .....	46
Imagem 12 – Primeiro dia de aplicabilidade – P2 .....	47
Imagem 13 – Aluna manuseando as páginas do produto [1].....	48
Imagem 14 – Aluna manuseando as páginas do produto [2] .....	48
Imagem 15 – Momento da atividade “corpo amigo” .....	49
Imagem 16 – Produção individual do “corpo amigo” .....	50
Imagem 17 – Produção coletiva do “corpo amigo” .....	50
Imagem 18 – Reprodução da personagem Naná – “corpo amigo”.....	53
Imagem 19 – Desenvolvendo a “cruzadinha” [1] .....	53
Imagem 20 – Desenvolvendo o “enigma” [1] .....	55
Imagem 21 – Desenvolvendo o “caça-palavras” .....	56
Imagem 23 – Pesquisadora em diálogo com as crianças .....	57
Imagem 23 – Finalização da aplicabilidade .....	39

## RESUMO

Como uma história infantil contada de modo lúdico e divertido pode contribuir com as diversas formas de conhecimento sobre a prevenção contra o abuso sexual no espaço escolar? A partir desta problemática, a presente pesquisa teve como objetivo geral promover a identificação de situações de prevenção contra o abuso sexual infantil, utilizando-se de uma história lúdica como recurso para mediar essa identificação. De modo específico, tivemos a preocupação de analisar o conhecimento de professores e alunos sobre a prevenção contra o abuso sexual; aplicar a história infantil com professores e alunos, bem como suas sugestões e execução de atividades, e; detalhar, a partir da fase de observação e aplicabilidade, os resultados obtidos, considerando a compreensão que os pesquisados tiveram ao relacionar a história narrada à prevenção do abuso sexual. A metodologia utilizada amparou-se em uma abordagem qualitativa focada na compreensão subjetiva e social dos participantes, os quais trouxeram significados e experiências que compuseram as análises da pesquisa. Utilizamos a pesquisa bibliográfica para fundamentar a teoria, revisar as literaturas, delimitar o problema de estudo e construir o referencial teórico e a pesquisa de campo. Alguns autores utilizados foram: Ariès (1981), Almeida (2010), Faleiris e Faleiros (2008), Freud (1996), Herman (2015), entre outros. Adotamos como instrumentos para a coleta de dados um questionário contendo seis perguntas fechadas, direcionado a um dos grupos pesquisados; as observações às quais se referem ao manejo de sala de aula deste grupo; o diário de campo onde constaram todas as informações coletadas durante a pesquisa e a aplicabilidade do produto pedagógico com os dois grupos participantes. Encontramos como resultados professores que têm formação para trabalhar tal temática no contexto escolar, porém, dificilmente a associam às suas aulas, percebemos, contudo, que a história apresentada foi bem aceita pelos grupos participantes e que todos, dentro de suas limitações, aprenderam noções básicas de respeito e de limite corporal, inclusive noções de segurança e proteção individual e coletiva, que foram trabalhadas de forma simples, lúdica e acolhedora.

**Palavras-chave:** Abuso sexual. Abordagem preventiva. Ensino Fundamental 3º ano.

## ABSTRACT

How can a children's story told in a playful and engaging manner contribute to diverse forms of knowledge about the prevention of sexual abuse in the school environment? Based on this issue, the present research had the general objective of promoting the identification of preventive measures against child sexual abuse using a playful story as a resource to mediate this identification. Specifically, we aimed to analyze the knowledge of teachers and students about sexual abuse prevention; apply the children's story with teachers and students, as well as gather their suggestions for activities; and detail the results obtained during the observation and applicability phases, considering the participants' understanding of how the narrated story relates to the prevention of sexual abuse. The methodology employed was based on a qualitative approach focused on the subjective and social understanding of the participants, who provided meanings and experiences that shaped the research analyses. We used bibliographic research to support the theoretical framework, review relevant literature, define the research problem, and construct the theoretical foundation, as well as field research. Some of the authors referenced include Ariès (1981), Almeida (2010), Faleiros and Faleiros (2008), Freud (1996), Herman (2015), among others. For data collection, we adopted instruments such as a questionnaire containing six closed questions directed at one of the researched groups; classroom observations focusing on the group's dynamics; a field diary documenting all the information collected during the research; and the applicability of the pedagogical product with the two participating groups. As results, we found that while teachers are trained to address this topic in the school context, they rarely associate it with their lessons. However, we observed that the story presented was well-received by the participating groups. Within their limitations, all participants learned basic notions of respect and bodily boundaries, as well as concepts of safety and individual and collective protection. These concepts were explored in a simple, playful, and welcoming manner.

**Keywords:** Sexual abuse. Preventive approach. Elementary School, 3rd grade.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2 ABUSO SEXUAL INFANTIL</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1 Definições e formas</b> .....	<b>16</b>
<b>2.2 Reflexos na vida adulta</b> .....	<b>18</b>
<b>2.3 Aspectos legais e normativos e as abordagens preventivas</b> .....	<b>22</b>
<b>2.4 O papel das instituições escolares</b> .....	<b>26</b>
<b>2.4 O papel do professor</b> .....	<b>29</b>
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	<b>31</b>
<b>3.1 Descrição do produto pedagógico: conteúdo, formato e estrutura</b> .....	<b>31</b>
<b>3.2 Grupos focais</b> .....	<b>35</b>
<b>3.3 Caracterização da instituição pesquisada</b> .....	<b>36</b>
<b>3.4 Abordagem e instrumentos de coleta de dados</b> .....	<b>37</b>
<b>3.5 Resultados e discussão</b> .....	<b>38</b>
3.5.1 do questionário aplicado .....	38
3.5.2 das observações .....	43
3.5.3 das aplicabilidades .....	46
<b>3.6 Um diálogo entre “criança não tem segredo” e os resultados encontrados</b> .....	<b>58</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>60</b>
REFERÊNCIAS .....	62
ANEXO .....	67

## 1 INTRODUÇÃO

A prevenção do abuso sexual infantil é um assunto de extrema relevância e complexidade que demanda atenção especial no contexto social e educacional. Considerando a complexidade do assunto e a vulnerabilidade das crianças, é imprescindível que elas recebam orientações adequadas desde cedo. A educação sexual voltada para a prevenção é uma ferramenta vital que capacita as crianças a reconhecerem e reagirem em situações de risco.

Dentre os diversos temas que precisam ser abordados na sala de aula, a prevenção ao abuso sexual infantil se destaca como uma questão urgente e necessária. A forma como esse assunto é tratado pode influenciar a percepção e o entendimento das crianças sobre a prevenção e proteção, então quanto mais o professor tiver conhecimento sobre o assunto, e, principalmente tratá-lo de modo lúdico e divertido, melhores serão as chances de a criança aprender significativamente. Assim, surgiu a problemática que direcionou os caminhos da pesquisa: como uma história infantil contada de modo lúdico e divertido pode contribuir com as diversas formas de conhecimento sobre a prevenção contra o abuso sexual no espaço escolar?

Para responder tal questionamento, a pesquisa teve como objetivo geral promover a identificação de situações de prevenção contra o abuso sexual infantil, utilizando-se de uma história lúdica como recurso para mediar essa identificação. Como objetivos específicos, tivemos a pretensão de analisar o conhecimento de professores e alunos sobre a prevenção contra o abuso sexual; aplicar a história infantil com professores e alunos, bem como suas sugestões de atividades, e; detalhar a partir da fase de observação e aplicabilidade os resultados obtidos, considerando a compreensão que os pesquisados tiveram ao relacionar a história narrada à prevenção do abuso sexual.

A justificativa da pesquisa reside na significativa lacuna que ainda existe na formação e na conscientização dos professores relacionada a esse tema, que, muitas vezes, é negligenciado, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Dessa forma, a investigação busca não apenas contribuir com a formação de um ambiente mais seguro para as crianças, mas também fomentar um diálogo orientativo sobre a prevenção e os cuidados com o corpo. Além dos aspectos teóricos, é importante ressaltar a motivação pessoal que impulsionou a realização desta pesquisa, a pesquisadora, impulsionada por experiências pessoais vividas na infância, despertou uma reflexão sobre como é possível ajudar outras crianças, evitando que passem por situações indelicadas, como as vividas por ela. A partir dessa vivência, nasceu a determinação de criar algo que pudesse servir de orientação, e, desse desejo, mudar um eventual cenário abusivo contra crianças.

Para proporcionar a compreensão dos resultados obtidos, a pesquisa foi organizada em quatro seções. Após a introdução, na segunda seção discutimos as questões normativas e teóricas relacionadas ao abuso sexual infantil. Foi vislumbrado o abuso sexual infantil, com ênfase nas suas definições e formas, no seu acontecimento e os reflexos que essa exploração pode causar na vida adulta do sujeito. Ainda nesta seção, apresentamos alguns aspectos legais e normativos da infância como a CF (1988), O ECA (1990), a atual LDB (1996) e a BNCC (2017), que, apesar de não ser diretiva neste assunto, traz competências que podem ser fomentadas na cautela de abusos na escola. Mostramos ainda algumas formas de prevenção para que isso não ocorra, bem como o papel das instituições escolares e o dos professores diante desse enfrentamento.

Na terceira seção, apresentamos a descrição do produto educacional, produzido para que professores e alunos reflitam de maneira leve sobre o tema. Trata-se de uma história infantil ora chamada de “criança não tem segredo” que conta com uma linguagem acessível e apropriada para o público infantil escolhido. Expomos também nesta seção, a caracterização da escola, a abordagem e instrumentos de coleta de dados, os resultados e discussão e um breve diálogo entre o produto e os resultados. Por fim, as considerações finais mencionam se os objetivos foram alcançados e quais possibilidades e limitações foram encontradas.

## 2 ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual infantil é um tema complexo que envolve questões históricas, sociais e psicológicas. Sua compreensão passou por evoluções ao longo do tempo, permitindo mudanças nas percepções sociais sobre a infância, direitos humanos e moralidade. Dessa forma, “a análise das raízes históricas do abuso é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção. Somente entendendo o passado, podemos mudar o futuro” (Mills, 2003, p. 50).

Um levantamento histórico feito por Rangel (2011) mostra que “a violência e infância estão muito mais próximas do que gostaríamos, não só com relação às crianças desamparadas, mas também dentro da família, e nos dá maiores esclarecimentos sobre a maior e menor indiferença social a esse respeito” (Rangel, 2011, p.30).

Da mesma forma, Santos, acredita que:

É importante lembrar que no contexto histórico-social de violência endêmica, no qual a violência sexual está inserida, prevalece uma cultura de dominação e de discriminação social, econômica, de gênero e de raça. No entanto, o paradigma de uma sociedade de direitos rompe com esses padrões antigos e propõe a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, o que implica tecer relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir os abusos, enfrentar as ameaças, proteger os vulneráveis, as testemunhas e, finalmente, responsabilizar, oferecendo serviços psicossociais a autores de violência sexual (Santos, 2009, p.13).

Em comum acordo com Santos (2009), encontramos Faleiros e Faleiros (2008, p.15) que acreditam que “o processo histórico permite visualizar como crianças e adolescentes foram, ao longo do tempo, envolvidos em relações de agressões e maus tratos por diversas instituições sociais”. Os autores informam ainda que:

O regaste histórico da construção social de crianças e adolescentes no Brasil apresenta relatos de maus-tratos, violência e abandono vividos por esses sujeitos que foram inseridos com um processo sociopolítico de trabalho precoce, futuro subalterno, controle político, disciplina, e não obediência vigiada. (Faleiros; Faleiros, 2008, p. 25).

Historicamente, as crianças no período da infância não eram vistas como um ser resguardado da vida. No decorrer dos séculos foi sucessivamente vista como miniadultos, submetidas a trabalho forçado e exploração. Na iconografia feita por Ariès em 1981, ele descreve “a criança diferente do homem, mas apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais” (p.14).

Herman (1992, p. 45) destaca que “o abuso sexual infantil foi, por muito tempo, um tema tabu, ignorado por uma sociedade que preferia não reconhecer que as crianças eram vítimas de violência sexual”. As raízes históricas do abuso sexual na infância são complexas e multifacetadas, e remontam a períodos antigos da história da humanidade, levando em consideração o contexto histórico da construção social de crianças na sociedade. Temos a ideia de que “a compreensão do abuso sexual infantil não pode ser dissociada de um exame mais amplo da cultura e das estruturas de poder que permitem sua perpetuação” (Herman, 1997, p. 145).

Até por volta do século XII não havia uma concepção de infância e muito menos algo específico voltado para ela, não se via um espaço adequado devido a maneira que as crianças eram vistas e tratadas na sociedade, e segue-se até o fim do século XVIII com as crianças sendo retratadas como homens em tamanhos reduzidos, sem haver importância para suas características particulares. É imprescindível reconhecer que práticas nocivas de exploração sexual de crianças têm existido ao longo do tempo, embora possam ter sido interpretadas de maneiras diferentes em contextos culturais diversos sendo historicamente marcadas por desafios significativos no Brasil.

Ao longo da história, registros indicam que o abuso sexual de crianças ocorreu em diversas sociedades e contextos, muitas vezes, mascarado por normas culturais ou silenciado por questões de poder e hierarquia. Segundo afirma Freitas (2019), “estudos realizados nas últimas décadas têm demonstrado que o abuso sexual infantil é uma problemática complexa, influenciada por diversos fatores sociais, culturais e econômicos” (p.102).

Conforme descrito por Silva (2020), as “práticas nocivas, como a normalização da violência e o silêncio em torno da sexualidade infantil, contribuíram para a perpetuação do abuso sexual infantil, dificultando o debate necessário sobre o tema” (p. 45).

De acordo com Faleiros e Faleiros, encontramos indícios de violência sexual contra criança no Brasil, desde a época da colonização, quando expressa que as crianças, notadamente as pobres, tinham sua vida marcada pela violência, pois trabalhavam, eram submetidas à disciplina rígida e deviam obediência irrestrita aos adultos (Faleiros; Faleiros, 2007).

A reflexão de Faleiros e Faleiros, nos oferece um panorama crítico sobre a vida das crianças no Brasil durante o período colonial. Compreendemos, portanto, que nesse contexto histórico, as condições de vida das crianças, especialmente as de famílias pobres, eram extremamente adversas. Nos anos 1980, o Brasil passou por transformações significativas em relação à infância, marcando um ponto crucial na forma como as crianças eram percebidas e tratadas pela sociedade, “a partir da década de 1980, o abuso sexual infantil começou a ser

reconhecido como uma questão de saúde pública e direitos humanos no Brasil, levando a um aumento nas pesquisas e discussões sobre o tema” (Amaral, 2017, p. 45).

A mudança surgiu com a Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990. É certo afirmar que “no Brasil, o debate sobre o abuso sexual infantil ganhou força com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, que trouxe à tona a necessidade de proteção e direitos das crianças” (Silva, 2018, p. 85).

No Brasil, assim como em outros países, a luta para enfrentar o abuso sexual na infância tem sido marcada por avanços legais, campanhas de conscientização e esforços para oferecer apoio às vítimas e às famílias. Além disso, organizações não governamentais e profissionais de diversas áreas têm trabalhado ativamente para ampliar o conhecimento sobre o tema e oferecer suportes necessários aos que necessitam. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, foram registrados mais de 18 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, refletindo apenas uma fração dos casos, já que muitos não chegam a ser denunciados.

Os dados sobre abuso sexual infantil brasileiros indicam que as crianças mais vulneráveis estão na faixa etária de 0 a 14 anos, sendo que a maioria dos casos ocorre entre crianças de 10 a 14 anos. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, “foram registrados mais de 18 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino, especialmente na faixa etária de 10 a 14 anos” (Brasil, 2022, p. 45).

De acordo com Nascimento (2021), os “estudos recentes mostram que aproximadamente 65% das vítimas são meninas, e a faixa etária mais vulnerável continua sendo entre 10 e 14 anos” (p. 32). Os percentuais exatos variam de acordo com os relatórios e estudos disponíveis, mas é necessário reconhecer que tanto meninas quanto meninos podem ser vítimas dessa triste problemática. No entanto, é importante observar que as estatísticas podem ser influenciadas por subnotificação e outros fatores, e que cada caso é uma situação delicada e grave que merece atenção. Outros fatores que podem aumentar a vulnerabilidade incluem a falta de educação sexual adequada, a presença de abuso ou violência doméstica no ambiente familiar e a exposição a ambientes com pouca supervisão ou controle.

A UNESCO (2018) - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - publicou diretrizes sobre a Educação Sexual Integral (ESI), enfatizando que a educação sexual deve ser parte do currículo escolar desde os primeiros anos de escolaridade. O

documento destaca que a ESI ajuda as crianças a desenvolverem habilidades para protegerem-se contra abusos e a compreenderem questões relacionadas ao corpo, consentimento e relacionamentos saudáveis.

Conforme exposto por Freitas (2020, p. 55), “a educação sexual é essencial para capacitar as crianças a reconhecerem e denunciarem situações de abuso, pois promove o entendimento sobre seus próprios corpos e direitos”. A educação sexual nas escolas, especialmente no ensino fundamental menor, é reconhecida como uma ferramenta essencial para a prevenção de abusos e para o desenvolvimento saudável das crianças.

De acordo com Block (2020), a educação sexual nos anos iniciais é essencial para o desenvolvimento integral da criança, pois contribui para a formação de uma visão saudável sobre o corpo e relacionamentos. Em suas obras, ela destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender as definições e formas desse tipo de abuso, reconhecendo a complexidade dos fatores envolvidos, “a educação sexual deve ser abordada de maneira adequada e respeitosa desde os primeiros anos de vida, ajudando as crianças a entenderem seu corpo e a desenvolverem relações saudáveis” (p. 42).

A prevenção se torna, portanto, uma responsabilidade coletiva que demanda a participação ativa de toda a sociedade. Assim, poderemos abordar estratégias eficazes para a prevenção e proteção das crianças, garantindo que seus direitos sejam respeitados e promovidos de maneira integral. A inclusão desse tema nos currículos educacionais, visa educar as crianças sobre segurança pessoal, consentimento e identificação de situações de risco. Isso reflete um avanço importante na história da sociedade em relação à conscientização e prevenção do abuso sexual infantil.

## **2.1 Definições e formas**

Por se tratar de um tema complexo e sensível, as definições podem variar ligeiramente entre diferentes autores e contextos. No entanto, algumas definições são amplamente reconhecidas sobre o que constitui abuso sexual infantil. Em muitas situações, esse tipo de violência é cercado de tabus e silêncios, dificultando a denúncia e a busca por ajuda. É de extrema importância reconhecer e entender essa realidade, uma vez que se faz necessário para promover a proteção e o suporte adequados às vítimas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define o abuso sexual infantil com a “intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, quer seja pela força, quer em condições de desigualdade ou coerção” (1999, p.2), ou seja, é a participação de uma criança em atividades

sexuais que ela não compreende, para as quais é incapaz de dar consentimento ou que violam as leis ou tabus sociais da sociedade.

Após discutir as definições do abuso sexual, segundo a Organização Mundial da Saúde, é fundamental trazer à tona a análise de Azevedo e Guerra (1998) quando aborda essa questão de maneira abrangente, enfatizando que essa problemática não se restringe a uma única orientação sexual. Os autores advertem que tanto em contextos heterossexuais quanto homossexuais, as crianças podem se tornar reféns desse tipo de situação.

[...] um ato ou jogo sexual, em uma relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade sexualmente esta criança ou adolescente, ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (Azevedo; Guerra, 1998, p.33).

Essa visão é crucial para entender a universalidade do problema e a necessidade de estratégias de prevenção que considerem todas as formas de vulnerabilidade. A complexidade do abuso interpessoal transcende as barreiras da idade e do gênero, revelando-se como um fenômeno enraizado nas dinâmicas de poder e controle.

Embora frequentemente associemos o papel do abusador a figuras adultas, é importante reconhecer que qualquer pessoa que detenha uma maturidade emocional ou social superior à da vítima pode assumir essa posição de domínio. Essa maturidade não se limita à idade cronológica, ela pode manifestar-se na capacidade de intimidar, manipular ou ameaçar o outro, criando um ambiente propício para a exploração e o abuso.

Em conformidade, Pires e Miyazaki afirmam que o abuso ocorre quando:

[...] um sujeito em condições de superioridade (idade, força, posição social ou econômica, inteligência, autoridade) comete um ato ou omissão capaz de causar dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima ou por consentimento obtido a partir de indução ou sedução enganosa (Pires; Miyazaki, 2005, p. 44).

O entendimento dos autores acima, reforça um aspecto decisivo na dinâmica do abuso, que se manifesta em diferentes contextos sociais e interpessoais. Ao afirmar que o abuso ocorre quando um sujeito em posição de superioridade utiliza essa vantagem para causar dano, essa superioridade pode se manifestar de diversas formas, como idade, força física, status social ou econômico, inteligência ou autoridade, criando um cenário em que a vítima se encontra vulnerável.

A compreensão dos autores visa uma concepção abrangente que ilustra a complexidade do problema e revela que o abuso não se limita apenas ao contato físico

explícito. Essas definições servem como um ponto de partida essencial, pois estabelece as bases para entendermos a gravidade e a natureza do problema.

Compreender essas diversas manifestações de abuso é crucial para que pais, educadores e a sociedade em geral possam identificar sinais de alerta e agir de maneira eficaz. O reconhecimento dessas formas de desrespeito não só ajuda na proteção das crianças, como também contribui para um ambiente mais seguro e acolhedor que possa romper com o ciclo vicioso do silêncio e garantir que os explorados recebam o apoio necessário para viverem em sociedade desprendidos de medos e/ou angústias.

## **2.2 Reflexos na vida adulta**

O abuso sexual na infância pode ter impactos profundos e duradouros na vida adulta das vítimas. Os efeitos podem variar de pessoa para pessoa, mas, a maioria enfrenta desafios significativos em diferentes áreas de suas vidas. Vygotsky (1978) aponta que “o desenvolvimento psicológico das crianças é influenciado por suas interações sociais e pelo ambiente em que estão inseridas” (p. 57). O autor enfatiza a importância do ambiente social e das interações para o desenvolvimento cognitivo ao afirmar que traumas vividos na infância podem prejudicar essas interações, resultando em dificuldades na aprendizagem e no comportamento. A maioria dos pesquisadores está em comum acordo que esse tipo de acontecimento é um facilitador para o aparecimento de psicopatologias graves, prejudicando a evolução psicológica, afetiva e social da vítima. Os efeitos podem se manifestar de várias maneiras, em qualquer idade da vida (Romaro; Capitão, 2007).

A obra de Freud “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” publicada em 1905, aborda a descoberta da sexualidade infantil como “um componente fundamental na formação da psique e pode ser uma fonte de traumas que se manifestam na vida adulta” (p. 27). O autor nos adverte que as experiências vivenciadas na infância, especialmente àquelas relacionadas à sexualidade, podem ter repercussões profundas na vida adulta.

Essa perspectiva é corroborada por Herman (1992), que discute como as vítimas de trauma, incluindo aquelas que sofreram abusos na infância, podem enfrentar uma variedade de problemas psicológicos ao longo da vida. A autora afirma que “o trauma pode resultar em uma série de consequências psicológicas que persistem na vida adulta” (p. 35).

Tanto Freud quanto Herman ressaltam a importância de compreender e abordar os traumas da infância, pois suas repercussões podem se manifestar em dificuldades como depressão, ansiedade e a incapacidade de estabelecer relacionamentos saudáveis, impactando negativamente a qualidade de vida das vítimas. A análise de Freud sobre a sexualidade infantil

e os traumas que podem emergir dessa fase da vida é reforçada pelas observações de Herman, que destaca as consequências psicológicas do trauma na vida adulta.

Miller (1997) amplia essa discussão ao argumentar que experiências como essas não processadas podem resultar em problemas emocionais persistentes, como baixa autoestima e dificuldade em formar vínculos saudáveis. Isso pode resultar em uma vida adulta marcada por relacionamentos disfuncionais e uma busca constante por validação e/ou por reconhecimento pessoal e social, isso porque “a dor não resolvida da infância frequentemente se transforma em sofrimento na vida adulta” (p. 130).

Em termos emocionais e psicológicos, os prejudicados frequentemente lidam com traumas profundos, podendo desenvolver Transtorno de Estresse Pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, distúrbios alimentares, autoestima reduzida e dificuldades de confiança e intimidade (Kolk, 2014).

Lindau (2007) observa que “o impacto do abuso na infância pode se estender às interações sociais, dificultando a construção de laços” (p. 240). Essa dificuldade em formar relacionamentos saudáveis com colegas e professores pode levar ao isolamento social e à falta de apoio emocional na escola, criando um espiral destrutivo que agrava a situação da criança. Herman (2015) complementa essa visão ao afirmar que “as dificuldades emocionais podem comprometer a capacidade de aprendizado” (p. 22).

Em conformidade com o pensamento acima, Freire (2008) afirma que “a opressão e a violência podem criar um ambiente de aprendizagem adverso que impacta a capacidade do aluno de se engajar e aprender” (p. 29). O autor aborda como a opressão e a violência no ambiente social podem afetar a educação, levando a dificuldades no processo de aprendizagem e na construção da autoestima dos alunos.

Reconhecer esses sinais é um passo vital para oferecer o apoio necessário e criar um ambiente escolar onde todos os alunos possam se sentirem seguros. As evidências de que uma criança ou um adulto foi afetado por abuso sexual na infância podem variar amplamente. Kolk (2014) menciona que “as dificuldades de concentração são comuns em sujeitos que vivenciaram trauma” (p. 90). Crianças com Transtorno de Estresse Pós-traumático - TEPT frequentemente têm dificuldades em se concentrar e focar nas tarefas escolares. Isso pode ser resultado de flashbacks, ansiedade e distrações relacionadas ao trauma. É imprescindível que os professores estejam cientes dos efeitos do TEPT na vida educacional de crianças vítimas de abuso (Kolk, 2014).

A dor emocional vivenciada durante a infância, conforme ressalta Miller (1997), “pode resultar em uma autoimagem distorcida” (p. 139). Essa distorção na percepção de si mesma é

particularmente evidente em crianças que sofreram abuso, que frequentemente desenvolvem uma baixa autoestima e um medo intenso de fracasso.

As experiências traumáticas do abuso sexual, moldam profundamente a vida das vítimas, impactando não apenas seus pensamentos, mas também sua memória e estado de consciência. Como mencionado por Silva (2010), muitas vítimas constroem barreiras protetoras em torno de si, o que impedem de levar uma vida normal. Essa proteção, embora compreensível, pode resultar em comportamentos de evitação, como o medo de sair de casa ou dissuadir qualquer forma de contato físico.

Os sintomas construídos durante uma experiência traumática afetam não somente os pensamentos do indivíduo, mas a sua memória, o estado de consciência e todo o campo de ação, de iniciativa e de objetividade na vida. Muitas vítimas criam uma área de proteção em volta de si que as impede de continuar com a vida normal (Silva, 2010, p. 32).

Além disso, o abuso sexual durante a infância pode influenciar o comportamento futuro das vítimas, levando a problemas de consumo abusivo de substâncias, comportamentos autodestrutivos, dificuldades sexuais e relacionamentos disfuncionais. No âmbito físico, algumas vítimas de abuso sexual podem enfrentar problemas de saúde crônicos associados ao estresse prolongado, bem como complicações de saúde mental que impactam sua capacidade de cuidar de si mesmas (Herman, 2015).

Segundo Borges (2007), crianças vítimas de Abuso Sexual Intrafamiliar (ASI) frequentemente apresentam uma variedade de sintomas emocionais e comportamentais. Durante a infância, alguns sinais que podem indicar que uma criança foi acometida por abuso sexual incluem:

Crianças vítimas de ASI podem apresentar sentimento de culpa, dificuldade de confiar no outro, comportamento hipersexualizado, medo, pesadelo, isolamento, sentimento de desamparo e ódio fugas de casa, baixa autoestima, sintomas somáticos, agressividade, entre outros sintomas (Borges, 2007, p. 13).

Esses sintomas mencionados por Borges (2007) não apenas refletem o trauma imediato, mas também revelam como a experiência com o abuso pode distorcer a visão que a criança tem de si mesma e do mundo ao seu redor. O sentimento de culpa que muitos abusados carregam é particularmente preocupante, pois pode levar a uma baixa autoestima e à internalização de um ciclo de autodepreciação.

O desenvolvimento infantil é um processo complexo que abrange diversas dimensões, incluindo o psicossocial e o psicossocial. Quando uma criança é exposta a estímulos sexuais

inadequados, esse processo pode ser severamente comprometido. Batista (2009) observa que “o desenvolvimento psicossocial e psicossocial da criança pode ser prejudicado, pois a experiência de ser estimulada sexualmente rompe com a sequência normal do desenvolvimento”. Essa interrupção força a criança a um desenvolvimento genital prematuro, desconsiderando o suporte cognitivo, psicológico e físico necessário para estabelecer uma experiência sexual saudável.

Além disso, a criança também pode não revelar o abuso por medo do agressor ou por pensar que os adultos não acreditarão nela frente à palavra de outro adulto que, em geral, é de “confiança”. E “em alguns casos, na medida em que a vítima se aproxima da puberdade, pode ser acusada até mesmo de ‘sedução’” (Freire, 2016, p.45).

O impacto do abuso sexual na infância é uma questão que merece extrema atenção, pois as consequências não se limitam apenas à infância, mas se estendem até a vida adulta. Briere e Lanktree (2008) afirmam que “as vítimas disso frequentemente apresentam uma gama de sintomas emocionais e comportamentais na vida adulta” (p. 45). Os autores discutem como as vítimas podem experimentar disfunções interpessoais, transtornos de ansiedade, depressão e problemas de vínculo em relacionamentos na vida adulta, a gravidade das experiências traumáticas enfrentadas durante a infância podem manifestar-se em diversas formas na vida adulta, incluindo disfunções interpessoais e transtornos emocionais.

A infância é uma fase imprescindível para o desenvolvimento emocional e psicológico dos sujeitos. Durante esse período, as experiências vividas podem deixar marcas profundas, refletindo-se em diversas esferas na vida. Conforme descrito por Prado (2004), o impacto profundo que tais experiências podem ter no desenvolvimento emocional e físico dos sujeitos,

[...] atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independentemente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas (Prado, 2004, p. 64).

Os estudos citados revelam que a baixa autoestima e o medo do fracasso são consequências frequentes das adversidades enfrentadas na infância, refletindo-se em padrões de comportamento que podem persistir na vida adulta. As experiências traumáticas, especialmente aquelas que envolvem a violação do corpo, podem provocar reações somáticas, independentemente da idade. As crianças vítimas de tal violência reagem a essas experiências com sensações novas que não foram integradas, evidenciando a necessidade de um olhar atento e acolhedor para suas vivências.

Ao considerarmos a trajetória de desenvolvimento humano, é imprescindível entender que tudo o que acontece na infância deixa marcas indelévels. Essas marcas não devem ser vistas apenas como desafios, mas como oportunidades para intervenções significativas que possam ajudar a reescrever narrativas pessoais. Ao avançarmos nesta discussão, exploraremos como essas experiências podem ser abordadas e transformadas em processos de reparação e crescimento.

### **2.3 Aspectos legais e normativos e as abordagens preventivas**

As discussões sobre a sexualidade infantil no Brasil são marcadas por uma série de marcos legais e sociais que se configuram ao longo da história. A proteção dos direitos das crianças é um compromisso fundamental do Estado, consagrado na Constituição Federal do Brasil. Esta lei, promulgada em 1988, estabeleceu diversos direitos fundamentais, incluindo a proteção e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. A criança, na visão constitucional, deve ser protegida em suas necessidades e potencialidades, reconhecendo sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Um dos principais dispositivos que abordam a proteção da criança está no artigo 227, que afirma:

É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, a saúde a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

A educação é uma ferramenta essencial para qualquer tipo de violência contra crianças, pois permite que elas aprendam sobre seus direitos, sobre o toque e a ideia de proteção integral, que abrange não apenas a educação formal, mas também a promoção de condições que garantam o desenvolvimento seguro e saudável das crianças. A partir do artigo 227, diversas políticas públicas foram desenvolvidas visando à proteção de crianças e adolescentes, incluindo campanhas de conscientização sobre o abuso sexual e programas educativos nas escolas.

Além disso, a CF destaca a importância da educação e proteção integral da criança, reforçando que a infância é uma fase de desenvolvimento que requer cuidados especiais. Esta Lei representa um marco na proteção dos direitos da criança e do adolescente, sendo que o ECA - Lei nº 8.069, promulgado em 1990, “concretiza as diretrizes constitucionais ao assegurar direitos específicos e a proteção integral” (Almeida, 2010, p. 25).

Oliveira (2014, p. 42) aponta que a “transição da perspectiva assistencialista para uma visão de direitos, consolidada na CF e reafirmada pelo ECA, é um dos principais avanços na

proteção da infância no Brasil”. O Estatuto é um desdobramento da previsão constitucional e estabelece um conjunto de direitos que visa garantir a proteção integral da criança e do adolescente. A abordagem sobre a sexualidade infantil e a prevenção da exploração sexual ganhou destaque a partir da década de 1980, com o fortalecimento de movimentos sociais e campanhas de conscientização. A criação de programas de proteção e a inclusão de temas relacionados à sexualidade nas escolas também foram passos significativos.

Na perspectiva de Almeida (2017), “o ECA é um divisor de águas na luta pelos direitos da infância no Brasil, oferecendo um arcabouço legal que prioriza a proteção das crianças e adolescentes, especialmente no combate ao abuso sexual” (p.33). O Estatuto e outros documentos nacionais e internacionais estabelecem, dentre outros conhecimentos, que o abuso sexual, para além de crime contra liberdade sexual, é considerado uma violação dos direitos humanos.

No Brasil, assim como em outros países, a luta por esse enfrentamento tem sido marcada por avanços legais, campanhas de conscientização e esforços para oferecer apoio e segurança aos lesionados. Os direitos das crianças e dos adolescentes são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

De acordo com Souza (2019), os artigos citados em todo o Estatuto não apenas reconhecem a autonomia do público infante juvenil como sujeitos de direitos, mas também estabelecem um compromisso social com a sua proteção integral. Esses princípios refletem um compromisso do Estado brasileiro em assegurar que as crianças tenham seus direitos respeitados e que sua dignidade seja garantida, promovendo um ambiente que favoreça seu desenvolvimento saudável e pleno.

Em meados de 2014 o referido documento sofreu algumas mudanças e a Lei nº 13.010 de 26 de junho de 2014 se encarregou por essas alterações. Almeida (2014) acredita que a “mudança na legislação é um reflexo da necessidade de um tratamento mais rigoroso e humanizado em relação às vítimas de violência, incluindo o abuso sexual (p. 47).

A Lei 13.010/2014, conhecida como Lei Menino Bernardo, trouxe importantes alterações ao ECA, reforçando as medidas de proteção para crianças e adolescentes em situação de violência, o que estabeleceu que a violência deve ser comunicada aos órgãos competentes imediatamente, ou seja, “a criança e o adolescente têm o direito de ser protegidos contra toda forma de violência, sendo a notificação obrigatória para os casos de suspeita ou confirmação de violência” (Brasil, 2014).

Essa alteração reflete uma evolução na compreensão do que significa proteger as crianças e adolescentes em nossa sociedade. A violência psicológica, por exemplo, pode ser tão

devastadora quanto a física, afetando o desenvolvimento emocional e social dos sujeitos. Da mesma forma, a violência sexual é grave violação dos direitos humanos que pode ter consequências duradouras para as vítimas. Essas ofensas exigem denúncia imediata, pois em hipótese alguma qualquer pessoa pode negar ajuda a outras que necessitam, principalmente se tratando de menores de idade.

Em âmbito educacional, a implementação das diretrizes legais na prática educativa requer uma compreensão profunda por parte dos educadores. Em síntese, a legislação educacional não deve ser vista apenas como um conjunto de normas, mas como uma ferramenta para promover uma educação justa e equitativa. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) serve como um marco legal que orienta a educação no Brasil, ressaltando a importância da formação integral do aluno e a proteção de seus direitos.

A LDB nº 9394/96 em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), estabelece uma estrutura que visa garantir uma formação inclusiva e respeitosa das diferenças. Segundo Freire (2008, p.33) “a educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”, essa citação ressalta a importância de uma educação que reconheça e respeite as diversas identidades presentes na sociedade, incluindo as orientações sexuais.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes importantes para a educação no Brasil, incluindo aspectos relacionados à prevenção do abuso sexual infantil. Embora a BNCC não aborde diretamente a temática, ela enfatiza a formação integral do aluno, que abrange a promoção de uma educação de respeito aos direitos humanos e de proteção à infância. Nas palavras de Pereira (2018, p. 45), a “BNCC propõe uma formação integral, onde o respeito aos direitos da criança deve ser um dos pilares da educação, preparando educadores para abordar temas sensíveis como o abuso sexual”.

O referido documento normativo, enfatiza a importância do autoconhecimento e autocuidado como parte da formação integral dos alunos. A sua oitava competência geral debate esses temas de forma a promover a saúde e o bem-estar dos estudantes, como “desenvolver a capacidade de cuidar de si e dos outros, de compreender e valorizar a própria identidade, respeitando a diversidade, os direitos humanos e as diferenças” (Brasil, 2017, p. 10).

A referida competência enfatiza o autocuidado e o autoconhecimento, duas habilidades essenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Essa competência pode ser particularmente relevante no contexto da prevenção ao abuso sexual infantil. O autocuidado envolve a capacidade de cuidar de si mesmo, tanto física quanto emocionalmente. Já o

autoconhecimento refere-se à compreensão que a criança tem sobre si mesma, incluindo suas emoções, limites, capacidades e características corporais.

A implementação de programas educacionais que promovam a compreensão dos direitos das crianças, o respeito pelos limites pessoais e a identificação de comportamentos inadequados são fundamentais para capacitar as crianças na proteção de si mesmas. Nesse contexto, a educação sexual emerge como uma ferramenta essencial para equipar crianças e adolescentes com o conhecimento necessário para evitar abuso, discriminação e prosperar o respeito e o zelo do corpo e da mente.

A educação sexual é um aspecto crucial do desenvolvimento infantil e deve ser uma parte integral do currículo escolar. Segundo Kirkpatrick (2015, p. 42), essa abordagem “não apenas ajuda as crianças a compreenderem seus corpos, mas também a desenvolverem relacionamentos saudáveis”. Ao abordar temas como consentimento, limites pessoais e respeito mútuo, a educação sexual prepara os jovens para interações sociais positivas e seguras.

Além disso, é vital que educadores e pais estejam atentos aos sinais de abuso. Finkelhor (2009) destaca que “as crianças podem manifestar sinais de abuso por meio de mudanças de comportamento, como isolamento social ou agressividade” (p.78). Essas mudanças são frequentemente sutis, mas podem indicar que algo está errado e exigem uma avaliação cuidadosa. Na visão de Ducan (2016), “a conscientização sobre o abuso sexual deve ser parte da educação de todos os adultos, para que possam identificar sinais e agir de forma apropriada” (p. 89).

A comunicação aberta entre pais e educadores é fundamental para criar um ambiente seguro onde as crianças se sintam à vontade para expressar seus sentimentos e experiências. No que se refere a isso, “os adultos têm a responsabilidade de criar um ambiente seguro para as crianças, onde elas possam confiar que serão protegidas e ouvidas” (Baker, 2014, p. 33).

O ambiente em que as crianças estão inseridas desempenha um papel fundamental na sua proteção e desenvolvimento. Segundo Levine (2013), “esse tipo de ambiente facilita a identificação precoce de possíveis abusos, permitindo intervenções adequadas antes que o problema se agrave” (p.102). Em suma, a combinação de uma educação sexual e uma comunicação eficaz entre adultos e crianças é essencial para prevenir qualquer tipo de violação e promover um desenvolvimento saudável.

A prevenção do abuso sexual infantil é um compromisso coletivo que deve ser propalado em todos os níveis da sociedade, para que ela possa atuar efetivamente na proteção e promoção dos direitos infanto-juvenis, garantindo que as leis sejam cumpridas e os espaços

seguros para que as crianças consigam expressar suas opiniões e sentimentos sem medo, discriminação ou qualquer sensação que lhe traga desconforto.

## **2.4 O papel das instituições escolares**

O papel das instituições escolares no enfrentamento contra o abuso sexual infantil é de extrema importância, pois fornecem um ambiente onde as crianças passam a maior parte. Herman (1996) afirma que “as escolas devem ser locais onde as crianças aprendem não apenas sobre o currículo acadêmico, mas também sobre questões de segurança pessoal e prevenção de abusos” (p.198).

Saviani (2007, p. 120) nos lembra que os princípios da LDB não se limitam a promover a informação, mas também enfatizam a proteção dos alunos, considerando os riscos de abuso que podem ocorrer no ambiente escolar. Essa visão amplia a responsabilidade das instituições educacionais, que devem criar um espaço seguro e acolhedor para todas as crianças. A educação oferecida por essas instituições deve, portanto, incluir não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a formação de um ambiente onde os alunos se sintam protegidos e respeitados. Isso implica em implementar políticas de prevenção, capacitando educadores para reconhecer sinais de vulnerabilidade e promover um diálogo aberto sobre direitos e limites com os alunos e com os pais e/ou responsáveis.

A escola e a família desempenham exímios papéis nesse processo, pois são os principais ambientes onde as crianças podem receber informações adequadas sobre seus corpos, limites e direitos. Ao fomentar um diálogo aberto e educativo sobre sexualidade desde a infância, é possível equipar as crianças com o conhecimento necessário para reconhecer e denunciar situações de abuso.

A prevenção primária é a maneira mais econômica, eficaz e abrangente para se evitar a violência contra a criança. Através da prevenção primária atua-se para modificar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando a sociedade. A participação dos meios de comunicação é de fundamental importância (Abrapia, 2002, p. 49).

As instituições escolares devem estabelecer políticas claras relacionadas à prevenção, incluindo orientações sobre supervisão, comunicação de incidentes suspeitos e treinamento para funcionários devendo criar um ambiente seguro, transparente e acolhedor, com supervisão adequada em todas as áreas, especialmente em locais mais propensos a situações de risco, como banheiros, vestiários e áreas recreativas (Ducan, 2016).

As escolas podem oferecer programas educacionais que ensinem as crianças a reconhecerem comportamentos inapropriados, a importância de comunicar situações desconfortáveis e a identificar pessoas de confiança para relatar possíveis abusos, sendo que é de “responsabilidade das instituições educacionais criar um ambiente seguro que promova a confiança, permitindo que as crianças se sintam confortáveis para relatar qualquer forma de abuso” (Ducan, 2016, p. 112).

A educação não deve se restringir apenas ao conteúdo acadêmico, é necessário que as escolas integrem discussões sobre consentimento, limites pessoais e segurança emocional em suas práticas pedagógicas. Dessa forma, além de preparar as crianças para o futuro acadêmico e profissional, as escolas estarão contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e capazes de protegerem a si e aos outros.

[...] a escola é o espaço que a família encontrou como suporte na educação de suas filhas e de seus filhos, contudo esse suporte acabou por tornar-se a artéria vital no processo agregador de conhecimentos das crianças que desde cedo são inseridas nesse curso, para que mais tarde possam ingressar, bem-preparadas na vida adulta (Gentil; Gonçalves, 2013, p. 385).

De modo semelhante, encontramos na concepção de Brino e Williams (2003, p.115) “a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, urge capacitar professores para enfrentarem a difícil questão do abuso sexual infantil”. Promover parcerias com as famílias para compartilhar informações sobre prevenção do abuso sexual infantil é uma responsabilidade que deve ser desenvolvida de forma integrada para assegurar um ambiente confortável e uma aprendizagem significativa, pois “[...] a escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos direitos humanos e educar [...] no sentido de evitar as manifestações de violência” (Faleiros; Faleiros, 2008).

É essencial que os educadores e funcionários recebam treinamento regular sobre como reconhecer sinais de abuso, responder adequadamente a relatos de crianças e seguir os protocolos estabelecidos pela instituição. Ao desempenhar esses papéis, os estabelecimentos de ensino contribuem significativamente para a segurança e o bem-estar das crianças, criando um ambiente onde elas se sintam protegidas, ouvidas e apoiadas em relação à prevenção do abuso sexual infantil. Entendemos nessa perspectiva, que “a colaboração entre escolas e serviços sociais é essencial para garantir uma abordagem abrangente na prevenção do abuso sexual infantil” (Macy; Giattina, 2015, p. 73).

Em ênfase, Freire (2006) nos lembra que “a educação deve formar cidadãos críticos, capacitando-os a identificar e a reagir contra situações de abuso” (p. 55). Essa perspectiva, é

fundamental para o papel das instituições educacionais, pois a educação é a ferramenta que permitirá aos alunos reconhecer e enfrentar desafios em suas vidas, especialmente através de uma introdução à educação sexual.

Essa sinergia permite que intervenções sejam feitas de forma mais rápida e eficaz, garantindo que as crianças estejam protegidas em um ambiente seguro ao unirmos esforços, podemos construir um sistema robusto de prevenção que não apenas protege as crianças, mas também educa toda a comunidade sobre a importância da segurança infantil.

## **2.5 Papel do professor**

Os professores desempenham um papel fundamental no contexto da prevenção contra o abuso sexual. Estes profissionais devem estar atentos na identificação de crianças em risco e devem ser capacitados para reconhecer os sinais de abuso e intervir adequadamente (Gordon, 2017). Os educadores podem contribuir no papel de educar os alunos sobre a importância do respeito aos limites pessoais, a identificação de situações inadequadas e a comunicação de quaisquer preocupações ou desconfortos.

Conforme afirma Freire (2016, p. 46), “o professor é figura fundamental no rompimento do pacto de silêncio que envolve a violência sexual infantil, uma vez que é alguém em quem a criança confia e tem acesso constante”. Inferimos que, pela convivência que o educador possui com a criança, isto possibilita perceber os sinais que ela ou o adolescente transmite consciente ou inconscientemente.

A formação inicial e continuada dos educadores é um pilar crucial na prevenção do abuso sexual infantil, como alerta Almeida (2019) “é fundamental que a formação inicial e continuada dos educadores inclua a discussão sobre prevenção do abuso sexual, para que possam identificar e intervir em situações de risco” (p.87). É vital que os educadores sejam capacitados não apenas em conteúdos pedagógicos, mas também em temas sensíveis como a identificação e a intervenção em situações de risco. Essa formação deve incluir discussões sobre o que constitui abuso sexual, os sinais que podem indicar que uma criança está sendo vítima, e as estratégias adequadas para abordar essas situações.

A formação continuada com enfoque no abuso sexual é uma proposta que não apenas constrói e fortalece as habilidades do docente, mas também promove uma cultura de proteção e respeito dentro da escola. Ao capacitar os professores para atuarem no processo de prevenção e intervenção, estamos criando um ambiente onde a segurança emocional e física dos alunos é priorizada.

Para Gonçalves (2018, p. 1525):

A formação continuada com enfoque no abuso sexual é uma proposta que constrói e fortalece habilidades do docente, permite uma atuação no processo de prevenção e intervenção. O professor deve buscar constantemente aperfeiçoamento ao longo do exercício da profissão, revisitar e refletir sobre sua prática e suas contribuições sociais, almejando a aquisição de competências que crescentem e colaborem com a sociedade [...].

Ao desenvolver competências relacionadas à educação para a proteção, os professores se tornam agentes de mudança em suas comunidades. As interferências externas, como questões sociais, econômicas e culturais, afetam diretamente o desempenho e o bem-estar dos alunos.

Sendo assim, “professores, orientadores e funcionários da escola podem ter um papel muito importante na identificação precoce e situações de abuso ou mesmo prevenção”, (Pelisoli; Piccoloto, 2010, p.3). Trabalhar em conjunto com outros membros da equipe escolar para implementar políticas e procedimentos eficazes, além de seguir protocolos estabelecidos para lidar com casos de violência sexual. É indispensável que seja trabalhada em uma estreita colaboração com as famílias para garantir que haja uma rede de apoio sólida em torno das crianças, além de comunicar-se abertamente sobre questões relacionadas à segurança infantil.

Como elucidado por Martinelli (2013, p. 12), “é preciso que os profissionais da escola estudem os indícios, sinais e sintomas do abuso sexual para reconhecê-los em sua sala de aula e contribuir para interromper o ciclo de violência sexual”. Ao desempenhar essas funções com diligência, os professores desempenham um papel crucial na criação de um ambiente escolar seguro e protegido, no qual as crianças se sintam apoiadas e capazes de buscar ajuda em situações delicadas. A participação nas formações sobre prevenção do abuso sexual infantil pode aprimorar as habilidades de reconhecimento, resposta e apoio às vítimas em potencial.

Ao abordar temas relacionados ao abuso sexual, os alunos também desenvolvem habilidades sociais importantes, como empatia, respeito e comunicação assertivas essas competências são imprescindíveis para construir relacionamentos saudáveis e seguros.

Integrar a educação para a prevenção do abuso sexual no currículo escolar de forma transversal significa que esse tema deve ser abordado não apenas em aulas específicas, mas também em diversas disciplinas e contextos escolares. Isso permite que os alunos compreendam a gravidade e a complexidade do assunto em múltiplas dimensões, tornando o aprendizado mais significativo e relevante. Conforme descrito por Melo (2017) “os temas da educação para a prevenção do abuso sexual devem ser integrados ao currículo de forma transversal, garantindo que todos os alunos tenham acesso a essa informação” (p. 150).

Quando os alunos aprendem sobre tal assunto em diferentes disciplinas como em educação física, ciências, literatura e artes, eles desenvolvem uma compreensão mais ampla do

tema, podendo dialogar em casa com os seus familiares e com os seus pares de sala de aula. De modo interdisciplinar, nas áreas de linguagens podem analisar histórias que abordam questões de consentimento e respeito. Nas áreas de ciências da natureza, podem discutir os aspectos fisiológicos e emocionais do corpo humano, entre outras possibilidades de diálogo. A abordagem interdisciplinar e transversal ajuda a desmistificar o assunto, tornando-o próximo dos alunos e do processo de prevenção, permitindo que as crianças se sintam à vontade para discutir e relatar situações de risco.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Esta seção é destinada à amostragem das ações planejadas, estruturadas e executadas durante a realização da pesquisa, bem como a descrição do produto educacional, os métodos e técnicas aplicados para alcançar os objetivos que foram previamente definidos. O percurso metodológico assegurou que o estudo fosse organizado sistematicamente, o que facilitou a sua aplicabilidade e os resultados a partir dessa ação, conferindo validação ao processo.

#### 3.1 Descrição do produto pedagógico: conteúdo, formato e estrutura

O produto pedagógico confeccionado, trata-se de um livro de história infantil que tem como título: “Criança não tem segredo”. Ele faz uma abordagem preventiva contra o abuso sexual de maneira acessível e apropriada para a compreensão de professores e para a faixa etária dos alunos. Com um formato simples, a narrativa produzida concentra-se em uma conversa entre os personagens sobre as formas de prevenção e a atenção que eles devem ter sobre o corpo. A preocupação encontrada na narrativa é a promoção de uma interação dinâmica entre os personagens, o que estimula a curiosidade e o aprendizado.

O recurso aborda questões importantes de prevenção, utilizando uma linguagem que ressoa com as experiências e compreensões das crianças, havendo momentos interativos onde professores e alunos são convidados a participar ativamente da história, respondendo perguntas e realizando pequenas sugestões de atividades. As ilustrações e o formato do livro foram cuidadosamente pensados de modo leve e fácil de manusear, tornando a leitura uma experiência agradável e convidativa. As suas páginas são projetadas para estimular a imaginação e manter o interesse do público ao longo da mensagem apresentada.

A obra se enquadra na Abordagem Preventiva (LIAPs), sendo desenvolvida com o intuito de conscientizar os sujeitos pesquisados sobre a importância do autoconhecimento e da proteção pessoal. Os LIAPs, são categorias de literatura infantil que buscam introduzir temas sensíveis e relevantes na formação das crianças, com foco na prevenção de situações de risco. Esses livros surgiram como uma resposta à necessidade de educá-las para um olhar atento a temas que, muitas vezes, são considerados tabus, como o abuso sexual, bullying e questões emocionais. O objetivo principal é instrumentar nas crianças o conhecimento e as ferramentas necessárias para reconhecer e lidar com situações adversas. Sibbald et al. (2016, p.33), informa que os LIAPs “é uma combinação de ações que visa prevenir tanto as lesões físicas quanto a violência sexual, assegurando a proteção e o bem-estar de sujeitos vulneráveis, como crianças, idosos ou pessoas com deficiência”.

A história exposta no livro permite que professores e alunos se sintam seguros ao explorar a delicadeza que este assunto dispõe. “Criança não tem segredo”, utiliza figuras inspiradas no cotidiano da autora, o que facilitou a dinâmica no momento de sua produção. Dessa forma, o consideramos como uma ferramenta útil para disseminar o conhecimento de maneira ativa e orientativa. O texto contido em suas páginas está fundamentado em seis conceitos básicos de informação e proteção, de modo que, ao final da leitura, os envolvidos sejam capazes de:

Saber nomear as partes íntimas seja pelo nome científico ou pelos apelidos familiares; identificar quem são os adultos que podem tocar no seu corpo, para ajudar em situações de higiene e saúde; entender que adultos e outras crianças não podem tocá-la nas partes íntimas; entender que ela que é dona do seu próprio corpo e pode e deve dizer não, quando tocada de forma que a deixa confusa, triste ou constrangida; identificar a diferença entre o que pode ser feito em espaços públicos e privados; respeitar o corpo do outro (Meyer, 2017, p. 66).

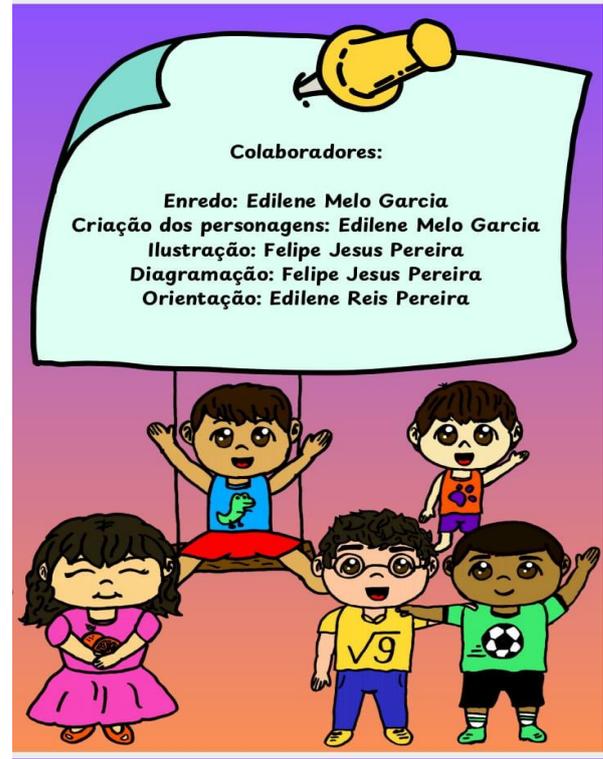
Ao alinhar-se aos princípios da Abordagem Preventiva (LIAPs), o produto inclui sugestões de atividades práticas ao final da história. Essas atividades não apenas reforçam as lições aprendidas durante a leitura, mas também ajudam os professores a ensinar as crianças a desenvolver habilidades importantes, como concentração e, principalmente, o autocuidado.

O produto contém 28 (vinte e oito) páginas diagramadas, incluindo capa inicial e final, nas quais mostramos a capa, os colaboradores, a apresentação aos professores, apresentação dos personagens, do enredo e das sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas para dinamizar a compreensão da história contada, como corpo amigo, cruzadinha, enigma, caça-palavra, bem como a apresentação da autora e orientadora, como são ilustradas a seguir:

Imagem 1 - capa do produto pedagógico



Imagem 2 – Colaboradores



Fonte: idealizadas pela própria autora, 2024.

Imagem 3 – Apresentação aos professores

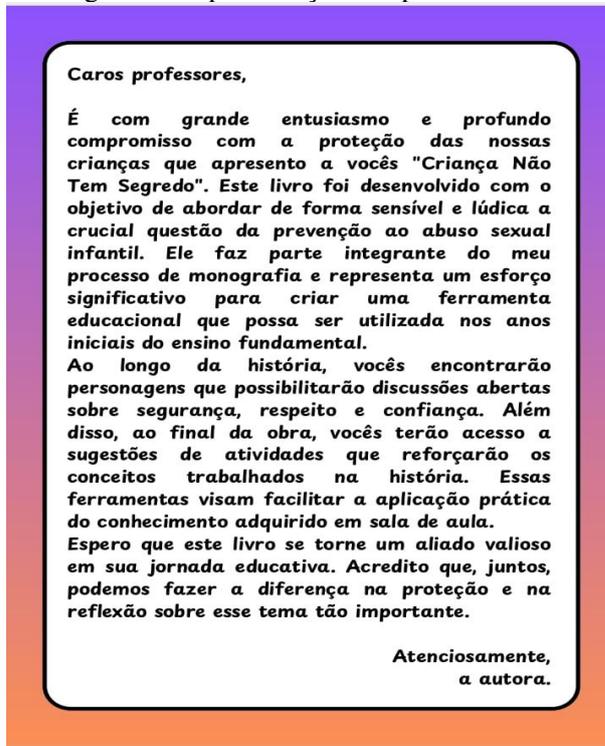


Imagem 4 – Apresentação dos personagens



Fonte: idealizadas pela própria autora, 2024.

Imagem 5 – Atividade “corpo amigo”

## Corpo amigo

**Destaque a importância de cuidar do próprio corpo e explicita que ninguém deve tocá-las de maneira que as deixe desconfortáveis. Reforce a necessidade de falar com alguém de confiança em caso de situações assim.**

**Com base nos desenhos individuais, peça para as crianças criarem um "Corpo Amigo" coletivo em uma cartolina grande. Cada criança pode contribuir com ideias e desenhos para representar como um corpo amigo deve ser tratado e protegido.**

**Ao final, exponha o "Corpo Amigo" no ambiente escolar e promova uma discussão sobre o significado dos desenhos e como cada parte representa o respeito ao próprio corpo e aos limites pessoais.**

**Essa atividade lúdica não apenas estimula a criatividade das crianças, mas também as auxilia a compreender a importância do autocuidado e da prevenção do abuso sexual infantil de uma forma acessível e significativa para a faixa etária.**

Imagem 6 – Atividade “cruzadinha”

A crossword puzzle grid with 10 numbered starting points for words. The grid is on a purple-to-orange gradient background.

Fonte: idealizadas pela própria autora, 2024.

Imagem 7 – Atividade “enigma”

## Enigma

**A C D E G I M**  
**N O R S T Ã Ç**

**☞ 👑 🎲 ★ 🐱 ? 📞**  
**🎵 🌙 🕒 ☀️ 📞 ! 😊**  
**👑 🕒 ? ☞ 🎵 😊 ☞**  
**☞ ☞ ☞ ☞ ☞ ☞**  
**🎵 ! 🌙 📞 ★ 📞**  
**☞ ☞ ☞ ☞ ☞ ☞**  
**☀️ ★ 🐱 🕒 ★ 🎲 🌙**  
**☞ ☞ ☞ ☞ ☞ ☞**

Imagem 8 – Atividade “caça-palavras”

## Caça-palavras

**S E G R E D O M J D R**  
**X P R O T E Ç Ã O A E**  
**F A L A R X U Q L J S**  
**U C O R P O V I Z U P**  
**A D Z O L B H M F D E**  
**M C O N F I A N Ç A I**  
**I A J C R I A N Ç A T**  
**G P R E V E N Ç Ã O O**  
**O T S O R R I S O H F**  
**S E G U R A N Ç A X U**

Fonte: idealizadas pela própria autora, 2024.

Imagem 9 – Apresentação da autora e orientadora



Fonte: idealizadas pela própria autora, 2024

### 3.2 Grupos focais

O primeiro grupo focal que fez parte desta pesquisa foi professores do 3º ano do ensino fundamental. A presença deste grupo garantiu que os resultados fossem aplicados à realidade e ao contexto aos quais o estudo se destinou, o que validou os resultados, a reflexão, a experiência e a atitude relacionada ao tema. Para assegurar que o grupo fosse tratado de maneira ética, com respeito aos aspectos de permissão, confiabilidade e segurança, estes foram denominados por P, seguidos da numeração correspondente, de acordo com a sua quantidade.

A ética e a confiabilidade no momento de conduzir uma pesquisa científica com integridade, responsabilidade e transparência, asseguram que os benefícios do conhecimento gerado sejam acessíveis e não causem danos aos participantes, pois sua identidade será preservada.

De acordo com Faria (2009, p. 35),

A ética na pesquisa científica não é apenas um conjunto de normas a serem seguidas, mas uma postura constante de respeito ao ser humano, à verdade e ao compromisso com o bem-estar coletivo, sendo fundamental para que os resultados obtidos sejam realmente válidos e benéficos à sociedade.

Da mesma forma, a participação dos sujeitos em uma pesquisa é crucial para sua realização e sucesso, e deve sempre ser tratada com respeito, transparência e responsabilidade.

Quadro 1 – Primeiro grupo focal/quantitativo

<b>Participantes</b>	<b>Quantidade</b>
P1	1
P2	1
	2

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

O segundo grupo focal foi composto pelos alunos de uma turma de 3º ano do ensino fundamental, assim constituído:

Quadro 2 – Segundo grupo focal/quantitativo

<b>Participantes</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Série/ensino fundamental</b>
Alunos	8	
Alunas	8	
<b>Total</b>	16	
<b>Ano/série</b>		3ª

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Dessa forma, a pesquisa buscou compreender a partir dos grupos focais, a exploração de novas ideias, o entendimento sobre o tema e a testagem do recurso, o que gerou troca de informações e compreensão de comportamentos, valores e preferências.

### 3.3 Caracterização da instituição pesquisada

O estudo, as observações e a aplicabilidade do produto pedagógico foram realizadas em uma determinada escola da rede municipal de Bequimão-MA, cidade pertencente ao litoral maranhense. A escola atende alunos do próprio bairro e de localidades circunvizinhas, além de alunos de outras localidades. A determinada instituição dispõe dos seguintes níveis de ensino e seus respectivos números de turma, ressaltamos que algumas turmas são multianos, devido o contingente de alunos ser pequeno para formar uma turma.

Para atender às demandas locais, a escola oferece os serviços de educação infantil – 1 turma multiano, com 17 alunos matriculados e ativos, sendo respectivamente pré I e pré II; ensino fundamental (anos iniciais) – 3 turmas, com um total de 61 alunos matriculados e ativos no turno matutino; ensino fundamental (anos finais) – 5 turmas com 150 alunos ativos e matriculados no turno vespertino, totalizando 228 alunos regularmente ativos.

Dos serviços oferecidos, temos o pedagógico, administrativo, limpeza e segurança. A escola possui 01 gestor; 01 gestor adjunto, 01 coordenador pedagógico; 14 professores, 01 administrativo; 05 auxiliares de serviços gerais e 01 porteiro, totalizando 24 colaboradores.

Das dependências escolares, assim como a maioria, a escola possui 01 sala de direção, 01 cantina; 02 banheiros, 01 rampa, 01 depósito, 01 sala de professores; 01 secretaria e 01 pátio,

salientamos que a escola não possui laboratório de informática, assim como um espaço próprio destinado às atividades esportivas.

Os recursos materiais são de uso coletivo, todos os profissionais têm acesso e fazem uso de acordo com a necessidade de cada. A instituição possui mesas, cadeiras, salas de aula confortáveis, quadros brancos, data show, computador e um aparelho televisor.

### **3.4 Abordagem e instrumentos de coleta de dados**

A pesquisa apresentou uma abordagem qualitativa focada na compreensão de fenômenos subjetivos e sociais que exploram conceitos, experiências e significados traduzidos de acordo com as compreensões e respostas dos participantes. Por este tipo de abordagem, compreendemos ser “uma forma mais flexível e aberta de coleta de dados, buscando compreender e interpretar fenômenos em seus contextos naturais, sem a imposição de uma estrutura rígida de análise” (Minayo, 2008, p.27). Utilizamos a pesquisa bibliográfica para fundamentar a teoria, revisar as literaturas, delimitar o problema de estudo e construir o referencial teórico e de campo. Alguns autores utilizados foram: Ariès (1981), Almeida (2010), Faleiros e Faleiros (2008), Freud (1996), Herman (2015) entre outros.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados e informações foram o questionário, a observação, o diário de campo e a aplicabilidade do produto. O questionário, trata-se de um “instrumento fundamental na pesquisa de campo, pois permite ao pesquisador coletar dados de forma sistemática, quantitativa e estruturada, facilitando a análise e interpretação dos resultados em contextos específicos” (Lakatos; Marconi, 2017, p.31). O utilizado na pesquisa foi direcionado ao primeiro grupo focal e contou com 6 (seis) questões fechadas, sendo a terceira com opção de relato, caso a alternativa marcada fosse positiva.

Outro instrumento utilizado foi a observação direta dos fenômenos, comportamentos e interações dos dois grupos participantes. Por observação, Gil (2008, p. 77) acredita ser “um dos instrumentos mais poderosos na pesquisa qualitativa, permitindo ao pesquisador coletar dados em seu ambiente natural, proporcionando uma compreensão rica e profunda dos fenômenos estudados”. Nas observações foram incluídos o manejo das aulas, o conhecimento sobre a temática e o uso da história “Criança não tem segredo” no que condiz ao entendimento do enredo da história e das atividades propostas.

Todas as observações feitas foram registradas no diário de campo, outro instrumento empregado na pesquisa que, segundo Amadeu (2014, p.32), trata-se de “uma ferramenta

essencial na pesquisa qualitativa, pois permite ao pesquisador registrar suas observações de forma contínua, criando um vínculo entre o sujeito da pesquisa e os dados coletados no campo”.

Por último, após a aplicação dos questionários e observações, foram feitas as aplicabilidades do produto educacional. Como ressalta Valente (2013), a aplicabilidade de produtos educacionais deve ser constantemente avaliada para garantir que atendam às necessidades dos alunos e promovam um aprendizado significativo.

### 3.5 Resultados e discussão

Esta subseção destina-se a apresentar e discutir as evidências de modo organizado e objetivo, para que haja a compreensão significativa do que foi encontrado durante a pesquisa.

#### 3.5.1 do questionário aplicado

Informações pessoais e profissionais do primeiro grupo

Quadro 3 - Idade

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	De 30 a 40 anos
P2	De 40 a 50 anos

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Quadro 4 – Formação acadêmica

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	Educação Física
P2	Pedagogia

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Quadro 5 – Tempo de docência

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	De 10 a 20 anos
P2	De 20 a 30 anos

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Quadro 6 – Tempo de docência no ensino fundamental anos iniciais

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	De 1 a 10 anos
P2	De 20 a 30 anos

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

As informações pessoais e profissionais deste grupo mostram características distintas, porém próximas, no que se refere à idade e ao tempo de docência. Vimos no quadro 3, que o grupo tem idade subjaz ao amadurecimento do pensamento e a estabilidade da vida

peçoal e profissional, o que contribui para uma visão mais s3lida e respons3vel dos saberes de experi3ncia e dos dilemas e desafios encontrados do saber docente.

O quadro 5 mostra que os participantes t3m de 10 a 20 anos e de 20 a 30 anos de doc3ncia respectivamente, o que acusa certo grau de entrosamento com as quest3es que envolvem o setor educacional, e, especificamente a sala de aula, como did3tica, planejamento, cont3udos trabalhados e dom3nio de sala de aula, al3m de conhecimentos sobre tem3ticas que n3o est3o inseridas diretamente no curr3culo, mas, que precisam ser abordadas, como por exemplo, a preven3o ao abuso sexual infantil.

O quadro 6 revela que P1 tem menos tempo de doc3ncia nos anos iniciais (de 1 a 10 anos) e menos tempo de doc3ncia (de 10 a 20 anos), como 3 demonstrado no quadro 5. Vale destacar que este participante 3 graduado em educa3o f3sica (quadro 4), o que pode ter uma rela3o com o tempo de servi3o prestado 3 doc3ncia, pois como 3 de nosso conhecimento, profissionais habilitados para trabalhar de 1º ao 5º ano do ensino fundamental devem ser graduados em pedagogia, que 3 o caso da forma3o de P2. Sabemos que profissionais formados em outras 3reas t3m conhecimentos espec3ficos para desenvolver suas tarefas, desde que sejam na 3rea de suas habilita3es.

3 de nossa consci3ncia tamb3m saber que o pedagogo 3 o profissional que se habilita para trabalhar com crian3as da educa3o infantil e do ensino fundamental at3 o 5º ano, salvo quando este profissional obt3m outras forma3es que lhes d3o capacita3o para adentrar em outras 3reas. A defini3o de Mialaret (2001, p. 9) 3 bastante elucidativa sobre a profiss3o do pedagogo:

A Pedagogia 3 uma reflex3o sobre as finalidades da educa3o e uma an3lise objetiva de suas condi3es de exist3ncia e de funcionamento. Ela est3 em rela3o direta com a pr3tica educativa de crian3as pequenas que constitui seu campo de reflex3o, trabalho e an3lise [...].

Ent3o, nos resta entender que a pr3tica de sala de aula com crian3as, como esclarece Mialaret (2001), 3 de responsabilidade do pedagogo que oferece influ3ncias, estrat3gicas e a3es que interv3m no desenvolvimento humano e sua rela3o direta com o meio natural e social.

#### Informa3es sobre a preven3o do abuso sexual infantil

Foi perguntado ao grupo se ele j3 havia participado de alguma forma3o ou capacita3o sobre a preven3o do abuso sexual infantil. O grupo respondeu que sim. As respostas positivas aumentam as chances de os participantes terem conhecimentos de como dialogar com as crian3as sobre a preven3o e os cuidados com o corpo, e at3 como agir diante de situa3es que

ofereçam risco à integridade da vida. Essas formações são de extrema importância para adquirir saberes de como lidar de forma adequada com tais situações, pois ajudam a reconhecer sinais, fortalecer as redes de proteção, adotar práticas cautelares e oferecer uma educação cuidadosa, respaldada em valores e garantia dos direitos humanos. Estes e outros fatores auxiliam na validação dos esforços para prevenir o abuso sexual. Moraes (2005) assinala que a relevância de preparar professores para atuar em contextos de proteção à criança e prevenção de violências, incluindo o abuso sexual, é de utilidade pública no contexto atual, pois isso impossibilita que elas tenham seus direitos de escolhas violados.

Foi indagado a este grupo qual é a principal responsabilidade de a escola na prevenção do abuso sexual infantil.

Quadro 7 – Responsabilidade da escola na prevenção do abuso

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	Inserir nos conteúdos trabalhados conhecimentos que promovam essa necessidade.
P2	Criar ambiente seguro e de apoio que promova o conhecimento sobre o tema.

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

“Criar ambiente seguro e de apoio que promova o conhecimento” (P2) e, “inserir nos conteúdos trabalhados conhecimentos que promovam essa necessidade” (P1), certamente são responsabilidades inegáveis que a escola precisa ter, haja vista que ela é uma instituição social educativa e como tal, necessita desse olhar. Pelo seu papel educativo e conscientizador, e por ser um espaço onde as crianças passam grande parte de seu tempo e estabelecem diversas relações, a sua responsabilidade torna-se maior em promover a cultura do respeito, empatia e confiança.

A criação de um ambiente seguro deve fazer parte das políticas de proteção escolares, abertas ao diálogo e ao envolvimento da comunidade em geral. Criar canais seguros para que as crianças se sintam à vontade para relatar traumas, incertezas e medos, é um compromisso delegado à escola e ela deverá assegurá-lo. Também é de sua atribuição, encaminhar casos suspeitos ao conselho tutelar para que este tome às devidas providências. Santos e Costa (2019, p. 33-34) informam que: “a escola tem um papel fundamental na prevenção do abuso sexual infantil, não apenas identificando sinais de abuso [...]. Sua atuação deve ser pautada pela criação de um ambiente seguro que possa identificar e intervir de maneira eficaz”. Então, estar atento à oferta de um ambiente seguro no qual a criança se sinta protegida, faz parte do compromisso diário das escolas.

Em outra ocasião, perguntamos ao grupo se ele já havia abordado o tema do abuso sexual infantil em suas aulas. Pedimos que relatasse, em caso de resposta positiva, como foi essa abordagem

Quadro 8 – Abordagem do abuso sexual infantil nas aulas

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	Sim, inicialmente para os alunos foi considerado algo novo, pois houve relatos de alunos que ainda não tinham conhecimento sobre o assunto. Durante a interação professor e alunos houve relatos de abuso sexual.
P2	Sim, essa experiência foi abordada de forma planejada e organizada com muito cuidado através de diálogo e esclarecimento de forma bastante lúdica para que os estudantes pudessem se sentir seguros para falar sobre a temática e buscar ajuda.

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Como visualizado no quadro 8, o grupo já abordou o tema em sala de aula, e, é importante lembrar que discuti-lo exige muita sensibilidade, respeito e uma linguagem adequada à faixa etária, principalmente com crianças. P2 relatou que no momento em que fez a amostragem, contextualizou interdisciplinarmente a temática com o assunto “educação e cidadania”, com ênfase nos sentimentos dos alunos e no limite de seu corpo. P1 no momento de tratar sobre a pauta, falou das redes de proteção, das pessoas em quem podemos confiar, disse ainda que trabalhou o autoconhecimento e a autoproteção como formas de reforçar o cuidado pessoal e a aprendizagem coletiva. Este último pesquisado citou a importância de envolver à família nestas situações, promovendo ciclos de palestras, reuniões, distribuição de materiais informativos e/ou criar histórias lúdicas e divertidas para que alunos juntamente com suas famílias entendam e estendam o que foi conversado na escola. Isso “significa ensinar às crianças, de forma lúdica e pedagógica, que elas têm direitos sobre seus corpos e que podem dizer ‘não’ a situações que as deixam desconfortáveis” (Arcari, 2014, p. 41).

Durante a interação entre professor e alunos, P1 revelou que já houve caso de tentativa de abuso sexual em uma criança, porém, sem se aprofundar no assunto, informou que a família foi alertada sobre os riscos e o caso aparentemente resolvido. É salutar que a intervenção docente para estes casos, seja imediata e cuidadosa para evitar danos à saúde física e psicológica do envolvido. Ouvir com atenção, não fazer juízo antecipado, preservar a

identidade e a confiabilidade e comunicar à gestão, são algumas das medidas que precisam ser tomadas urgentemente.

Outro questionamento diz respeito à importância de abordar o tema no espaço escolar.

Quadro 9 – Tratamento do tema no espaço escolar e sua importância

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	Sim, pois as crianças precisam saber se proteger.
P2	Sim, pois as crianças precisam saber se proteger.

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Todos concordaram que o tema se torna necessário e pertinente no espaço escolar seja pelo empoderamento e autoproteção da criança, seja pela formação de cidadãos conscientes ou mesmo pelo desenvolvimento social e emocional delas. Além de suas ações ajudarem as crianças a se protegerem, a escola precisa prepará-las para a responsabilidade social e cuidado com os seus pares que incluem observação e escuta atentas, identificação e intervenção que envolvem amigos e colegas. Sujeitos que são instruídos a conhecer o seu corpo e a preservar-se, têm mais chances de perceber o outro e, em cenário abusivo, procurar ajuda e denunciar aos pais, aos professores e a outras autoridades.

Interrogamos quais métodos ou atividades são utilizados para trabalhar a conscientização sobre o corpo e os limites pessoais dos alunos.

Quadro 10 – Métodos para trabalhar a conscientização do corpo e seus limites

<b>Participante</b>	<b>Respostas</b>
P1	Outros.
P2	Leituras de histórias e criação de desenhos sobre a temática; Brinquedos do sim ou não (semáforo), música e dança; Outros.

Fonte: dados gerados na pesquisa, 2024.

Como mostra o quadro 10, o pesquisado P2 faz uso de leitura de histórias, criação de desenhos que envolvam a temática, brinquedo do semáforo, assim como outros métodos que não foram identificados por P2. Trabalhar formas variadas sobre a conscientização e o zelo pelo corpo e seus limites é essencial para promover o autoconhecimento e o respeito mútuo individual e coletivo. Além dos recursos explanados pelo grupo, o professor pode utilizar como técnicas recursais para tratar do assunto atividades de autoexploração [mapa do corpo e identidade corporal]; jogos lúdicos e interativos [jogo do limite e diversas brincadeiras]; expressão corporal e movimento [danças livres e dirigidas, mímicas], etc. Essas e outras atividades/recursos podem ser planejados e executados para mobilizar as crianças sobre o

corpo e suas fronteiras, dependendo da faixa etária e das necessidades de cada um/uma. Corroboramos com Nóbrega (2005), quando enfatiza o corpo “como um campo dinâmico de interação, sensibilidade e razão, o que é fundamental para desenvolver a consciência corporal e o respeito aos limites individuais no contexto educacional” (p. 31). Dessa maneira, todo método quando bem utilizado é bem vindo no espaço escolar.

A última pergunta foi para saber se o grupo tinha interesse em conhecer e adaptar o enredo da história “Criança não tem segredo” na sala de aula, bem como as sugestões de atividades impressas no livro. O grupo respondeu com entusiasmo que sim. A partir desta positiva resposta, a pesquisadora se sentiu segura para conversar, explicar sua proposta, apresentar o enredo da história, os personagens, as sugestões de atividades e, principalmente, o seu objetivo geral que foi abordar de forma sensível e lúdica a crucial questão da prevenção ao abuso sexual infantil. O livro se apresenta como uma ferramenta educacional exemplificativa que pode ser utilizada e adaptada pelos professores de acordo com suas necessidades.

A partir da aceitabilidade dos professores, a pesquisadora começou a fazer as observações na sala de aula e, tendo um diário de campo em mãos, começou a fazer todas as anotações que julgava importantes para a construção da pesquisa in locu. Tais anotações forneceram indicações necessárias para compor as observações e aplicabilidade do produto.

### 3.5.2 das observações

As observações no 3º ano foram realizadas durante quatorze (14) dias, sendo uma semana com cada professor. Durante estes momentos, a pesquisadora pode presenciar diversas situações que destacavam a dinâmica de aprendizado. A rotina diária inicia-se com a leitura do calendário e do dia da semana, seguida por uma roda de conversa, que geralmente acontece às quintas-feiras, nas aulas de Língua Portuguesa. Nessa atividade, as crianças sentam-se em círculos e leem fragmentos de livros que escolhem na biblioteca da escola. Cada uma tem a oportunidade de compartilhar sua leitura e explicar seu entendimento sobre o texto.

Observando essa prática, a pesquisadora notou que esse dia é dedicado inteiramente a essa atividade, permitindo que todos participem e se expressem. Também foi notado que os alunos são dedicados e os professores estão muito abertos a ensinar. Apesar de a turma ser pequena, com apenas 16 alunos, pode-se notar uma diversidade nas habilidades de leitura e escrita. Alguns alunos já demonstram domínio nessas áreas, enquanto outros ainda enfrentam dificuldades, situação esta bem comum na maioria das escolas.

Além disso, observamos que as crianças apresentavam diferentes níveis de dedicação e envolvimento nas atividades escolares. Àquelas que contavam com o apoio ativo dos pais demonstraram um desenvolvimento mais avançado na aprendizagem em comparação às que não tinham essa mesma oportunidade. Esse contraste pode ser atribuído às realidades socioeconômicas distintas em que as crianças estão inseridas. Enquanto algumas recebem suporte adicional por meio de reforços escolares ou envolvimento familiar, outras enfrentam limitações significativas devido à situação familiar e econômica.

Particularmente preocupante é o fato de que os alunos com mais dificuldades geralmente vêm de famílias que estão menos envolvidas na escola. Essa relação família e escola é vital para o desenvolvimento das crianças, e é algo que merece atenção especial. Paro (2010) acrescenta que a relação entre família e escola deve ser pautada em princípios de respeito, diálogos e linguagem simples, para que ambas se entendam comumente, onde estas duas instituições reconheçam a importância de suas funções e colaborem para o desenvolvimento do filho/aluno. Assim, estas instituições devem reconhecer que a educação não ocorre no vazio, sendo influenciada por fatores externos, como o apoio familiar, condições econômicas, sociais, entre outros. Para promover uma educação mais inclusiva e equitativa, é essencial abordar essas disparidades e considerar a implementação de programas que integrem temas de educação e prevenção sexual e amparo aos alunos em suas diversas realidades.

Durante os 10 dias em que a pesquisadora esteve em fase de observação, tivemos a oportunidade de assistir duas aulas de cada componente curricular. Foi interessante notar as diferentes abordagens dos professores. Enquanto P1 organizou as crianças em fileiras, fazendo com que todas ficassem voltadas à frente, P2 utilizou metodologias mais interativas, trabalhando em círculo e em duplas, questionando-as sobre os conteúdos e fazendo suas devidas explicações. Este profissional apresentou uma abordagem que acreditamos ser muito eficaz ao agrupar alunos que já dominam o conteúdo com aqueles que apresentam dificuldades, promovendo um ambiente de ajuda mútua e cooperatividade.

Além disso, a pesquisadora pode observar que P2 mantém um tom de voz constante e calmo durante as aulas, o que parece influenciar positivamente o comportamento das crianças. É notável perceber a diferença na dinâmica da sala quando cada um professor está em atividade, mas ambos demonstram um bom domínio de classe.

Imagem 10 – Observação da aula de P1



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

Durante os dias de observação, a pesquisadora não se limitou apenas em observar as interações na sala de aula, mas também contribuiu de maneira indireta para o aprendizado dos alunos. Ela ofereceu suporte aos estudantes que enfrentavam dificuldades, propôs assistência e esclareceu dúvidas. Essa atitude não só demonstrou sua presença ativa, mas também ajudou a fortalecer os vínculos com as crianças. Ao perceber as necessidades dos alunos, tornou-se uma figura de apoio, contribuindo para um ambiente de aprendizado mais inclusivo e acolhedor.

Durante a pesquisa, notamos que a educação sexual não esteve presente nas aulas ministradas pelos professores, não foram encontradas evidências nas discussões em nenhum momento, nem mesmo nos temas contemporâneos transversais que as escolas precisam adicionar em seus currículos. Esses temas devem ser integrados de modo interdisciplinar abordando questões relevantes da atualidade que exigem reflexões críticas e colaborativas. Acreditamos que a riqueza de informações que há na prevenção ao abuso sexual infantil seja uma questão eminente e importante de ser debatida nas salas de aula., considerando o desenvolvimento saudável das crianças. Mesmo sentido essa ausência, nos primeiros dias de observação, as crianças mostraram-se curiosas e interagiram informalmente com a pesquisadora, questionando sobre sua presença na sala.

Essa interação revelou um interesse natural e uma abertura para dialogar sobre temas relevantes, mesmo que esses assuntos não estivessem sendo formalmente trabalhados. A interação entre alunos, pesquisadora e professores foi um ponto positivo, pois mostrou que todos estavam curiosos e abertos a dialogar sobre temas que podem ser considerados delicados. Essa curiosidade foi um ponto de partida para abordar questões de diversidade, de respeito, segurança e orientação.

Imagem 11 – Observação das aulas em sala



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

### 3.5.3 da aplicabilidade

A fase de aplicabilidade do produto pedagógico teve início após uma reunião preliminar com o primeiro grupo envolvido. Durante a reunião, a pesquisadora apresentou o livro e discutiu o cronograma para sua aplicabilidade nas aulas. As datas foram definidas em conjunto, garantindo que todos estivessem alinhados ao processo. Esta etapa aconteceu durante quatro dias consecutivos, de acordo com o planejamento devidamente organizado.

No primeiro dia da aplicabilidade, as crianças chegaram à sala e seguiram suas rotinas habituais. Assim que se acomodaram, a pesquisadora conversou brevemente com elas sobre o que aconteceria, pedindo que se sentassem em círculo para facilitar a interação. P2, foi então convidado a ler a história para as crianças. Antes de iniciar a leitura, ele apresentou o livro, o que permitiu que os alunos o explorassem visualmente. A curiosidade das crianças foi evidente, elas estavam animadas para descobrir o conteúdo.

Imagem 12 – Primeiro dia de aplicabilidade – P2



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

À medida que o professor lia cada fragmento da história, folheando suas páginas, promovia um diálogo dinâmico com as crianças. Ele fez perguntas sobre o tema do livro e as incentivou a expressarem suas opiniões. As perguntas foram: “o que vocês acham que significa ‘criança não tem segredo?’”, “o que são nossas partes íntimas?”, “quais os nomes delas?”, entre outras perguntas acessíveis ao enredo do texto e à idade delas. Os pequenos mostraram forte identificação com os personagens da história, especialmente por serem representados por crianças. Isso tornou a narrativa ainda mais interessante e didática. O professor aproveitou esses momentos para aprofundar a conversa sobre conceitos como prevenção contra o abuso sexual, o cuidado com o corpo, o aprendizado correto dos nomes das nossas partes íntimas, entre outras.

Durante toda a leitura, a pesquisadora observou atentamente, anotando as interações e reações expostas. A atenção delas era notável, muitas fizeram perguntas à medida que o professor avançava na história. Após a conclusão da leitura, foram propostas quatro atividades relacionadas ao conteúdo do livro. O professor questionou os alunos se já haviam participado de atividades semelhantes antes, gerando entusiasmo e interesse em participarem. Em seguida, cada uma teve a oportunidade de manusear o livro novamente, examinando suas páginas, relendo a história, e, principalmente, com atenção especial às características e à fala dos personagens.

Por questões de ordem financeira, não foi possível levar para a sala um livro físico para cada criança, um dos professores até sugeriu essa ideia, mas infelizmente, a ideia se tornou inviável. Então, de acordo com as condições socioeconômicas da pesquisadora, ela levou um

exemplar para manuseio dos professores e dos alunos e as atividades propostas no livro foram reproduzidas em tamanhos maiores e realizadas em sala, de acordo com o entendimento dos alunos e as explicações dadas pelos professores.

Imagem 13– Aluna manuseando as páginas do produto [1]



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

Imagem 14 – Aluna manuseando as páginas do produto [2]



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

Em seguida, foi anunciada a primeira atividade prática chamada “Corpo Amigo” (décima nona página do livro). Após o lanche, o professor de forma verbal fez um resumo da história para que as crianças fizessem mais reflexões do conteúdo narrativo. Durante esta atividade, as crianças permaneceram em círculo, cada uma sentada em sua cadeira. Foram

disponibilizadas folhas de papel A4, canetinhas coloridas e lápis de colorir, permitindo que elas se expressassem artisticamente. O objetivo da atividade era que cada uma desenhasse o contorno do seu corpo, colorisse e escrevesse o nome das partes que mais gostavam, além de refletir sobre atitudes de proteção.

Imagem 15 – Momento da atividade “corpo amigo”



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

As crianças deveriam desenhar o contorno do corpo e incluir elementos que representassem o que fariam para se proteger em caso de situações de risco. A proposta gerou entusiasmo imediato, muitos alunos mencionaram pessoas em quem confiavam, com destaque às figuras maternas, parteras, tios e irmãos. Essa troca de ideias entre os alunos foi bastante enriquecedora, pois evidenciou a confiança que eles depositam nas relações familiares. A pesquisadora observou atentamente a dinâmica do grupo, notando que ele estava engajado e animado para realizar a atividade. O ambiente estava repleto de conversas e troca de experiências, o que contribuiu para uma atmosfera colaborativa.

Após finalizarem seus desenhos, P2 solicitou que cada criança de modo individual apresentasse sua criação para os colegas, o professor e a pesquisadora. Durante essas apresentações, os alunos compartilharam não apenas as partes do corpo que mais gostavam, mas também falaram sobre as pessoas em quem confiavam e discutiram atitudes preventivas que poderiam adotar.

Imagem 16 – Produção individual do “corpo amigo”



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

Após a conclusão do primeiro momento da atividade “corpo amigo”, as crianças foram convidadas a participar de uma nova etapa, onde criaram coletivamente um “corpo amigo” em uma cartolina. Para isso, elas se acomodaram no chão, o que proporcionou um ambiente livre e associativo, uma vez que elas puderam dialogar entre si e escolher as melhores formas de desenvolver a atividade.

Imagem 17 – Produção coletiva do “corpo amigo”



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

No segundo momento desta atividade, as crianças, em consenso, decidiram que o “corpo amigo” seria representado por Naná<sup>1</sup>, que se destacou entre os outros personagens por

---

<sup>1</sup> Destacamos que o nome Naná foi em homenagem a uma prima da pesquisadora, uma pessoa de extrema importância em sua vida que, por mero capricho do destino, faleceu em 2014.

suas características cativantes e também por ser a única menina na história. As crianças expressaram seu carinho e identificação por ela, tornando-a a figura central da atividade, tanto as meninas quanto os meninos mostraram grande entusiasmo em escolhê-la como protagonista na execução da atividade.

Enquanto trabalhavam no desenho do corpo da Naná, cada criança contribuiu de acordo com suas habilidades para que as partes do desenho se ajustassem o mais semelhante possível da personagem preferida. Aquelas que tinham mais domínio em desenho puderam adicionar detalhes, enquanto outros colaboraram de maneiras diferentes, com uma letra da palavra “corpo amigo”, posicionando-a em cima do contorno do corpo do desenho. Essa colaboração na escrita não apenas destacou o trabalho em equipe, mas também refletiu seu envolvimento genuíno na atividade, respeitando as ideias umas das outras. Essa interação foi muito rica e envolvente, observada cuidadosamente pela pesquisadora.

Além de desenhar o contorno da personagem, as crianças também foram incentivadas a adicionar elementos que representassem as pessoas em quem confiavam. Novamente, muitos mencionaram suas mães e pais como figuras centrais de segurança, e um aluno até destacou sua irmã como alguém em quem confia. Essa escolha reafirma a importância das relações familiares na construção de um ambiente seguro para as crianças.

O ambiente durante a atividade foi marcado por sorrisos e conversas animadas. As crianças estavam se divertindo enquanto produziam coletivamente. O resultado final foi uma cartolina colorida<sup>2</sup> cheia de significados que foi exposta na sala de aula, simbolizando não apenas o corpo da personagem escolhida, mas também as relações de confiança que cada criança cultivava. Esse momento reforçou o aprendizado sobre colaboração e respeito às ideias dos colegas, criando uma experiência significativa para todos os envolvidos.

Após concluírem a confecção da cartolina, as crianças escolheram um local na sala para fixá-la, desejando que sua criação estivesse visível como forma de celebrar o que produziram juntas e o significado daquela experiência. Uma vez fixada, houve um momento de reflexão coletiva. O professor fez uma releitura do que haviam realizado, reforçando os conceitos de amizade, colaboração e a importância de trabalhar juntos. Esse momento foi essencial para consolidar o aprendizado e proporcionar às crianças uma oportunidade de compartilhar suas emoções e percepções.

---

<sup>2</sup> É importante mencionar que todo o material usado para a confecção das atividades como cartolina, canetas coloridas, lapis para colorir, papel A4, entre outros foram disponibilizados pela pesquisadora.

Ao final, após a apresentação do livro e das atividades desenvolvidas durante aquela manhã, o professor parabenizou a precursora pelo excelente trabalho realizado e deixou suas considerações. Ele destacou a importância da participação ativa e como esse tipo de atividade contribui para o desenvolvimento social e emocional dos alunos.

Imagem 18 – Reprodução da personagem Naná - “corpo amigo”



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024.

Atividade cruzadinha – segundo dia [atividade realizada por P2]

No segundo dia de aplicabilidade, as crianças chegaram à sala de aula, mas, desta vez, faltaram dois alunos, totalizando 14 participantes. Após a rotina habitual, o professor explicou que daríamos continuidade ao trabalho iniciado no dia anterior. Ele fez uma leitura mais rápida do livro, já que as crianças estavam familiarizadas com o enredo.

A atividade proposta para o dia foi a cruzadinha, onde P2 solicitou que as crianças se sentassem em duplas. As duplas foram cuidadosamente pensadas pela pesquisadora, que havia observado as interações e dificuldades de leitura e escrita na fase de observação. A pesquisadora sugeriu que cada aluno com maior domínio em leitura fosse pareado com um colega que apresentava mais dificuldades. O objetivo era promover um ambiente de aprendizado colaborativo, onde os alunos pudessem se ajudar mutuamente na produção e conclusão da atividade da cruzadinha.

P2 explicou como a atividade funcionaria e começou a fornecer dicas para as palavras da cruzadinha. As crianças pensavam e discutiam em suas duplas, tentando adivinhar as palavras. Embora algumas sugestões não fossem corretas, elas estavam sempre relacionadas ao

tema em questão, o que demonstrou que os alunos estavam realmente compreendendo a temática da prevenção ao abuso sexual.

Imagem 19 – Desenvolvendo a “cruzadinha” [1]



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024

O foco nas atividades sempre foi a prevenção, mas também houve uma atenção especial ao processo de alfabetização dos alunos. A atividade não apenas reforçou o entendimento sobre o tema, mas também contribuiu significativamente para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Enquanto as duplas trabalhavam, o professor pediu que um membro de cada dupla lesse uma dica em voz alta e tentasse adivinhar a palavra correspondente. As crianças estavam atentas e curiosas para descobrir quais eram essas palavras. A pesquisadora observava atentamente cada dupla, passando de uma para outra para identificar eventuais dificuldades. Foi notado que algumas enfrentaram desafios na atividade, enquanto outras conseguiram concluir com mais facilidade. A presença da pesquisadora foi fundamental para observar e auxiliar no processo educativo, sem apresentar diretamente o material às crianças, pois esse papel foi delegado aos professores.

As cruzadinhas foram pensadas como formas divertidas de discutir este tema para que os alunos aprendessem conceitos importantes de maneira lúdica e interativa. Após a atividade, o professor recolheu todas as cópias das cruzadinhas e revisou com a pesquisadora os erros encontrados. Algumas letras foram trocadas (como S por C), e houve casos em que letras estavam faltando. Para corrigir essas dificuldades, P2 chamou os alunos um a um até o quadro e pediu que escrevesse as palavras correspondentes às lacunas da cruzadinha. Com paciência e apoio mútuo, todos conseguiram completar a atividade, mesmo aqueles que enfrentaram

dificuldades iniciais. O trabalho colaborativo não apenas ajudou na compreensão do conteúdo abordado, mas também fortaleceu os laços entre os alunos.

Atividade: Enigma - terceiro dia [atividade realizada por P1]

No terceiro dia da atividade, ocorreu uma troca dos professores, conforme mencionado anteriormente. Os alunos, que totalizavam 14, pois dois estavam ausentes, chegaram à escola com a rotina habitual. Após as atividades de rotina, foi feita a leitura da história, mas desta vez não foi P2 quem leu. Como as crianças já estavam familiarizadas com a narrativa, cada uma delas teve a oportunidade de ler um fragmento da história.

As crianças que tinham um domínio básico da leitura participaram ativamente, enquanto aquelas que ainda enfrentavam dificuldades apenas folhearam o livro. Estas últimas, estavam em fase de aprendizado e ainda não tinham conhecimento suficiente para ler sozinhas, especialmente em relação à “família sibálica das letras”. No entanto, os leitores mais experientes se revezaram na leitura dos trechos.

Após a leitura coletiva, P1 apresentou a atividade do dia: o Enigma. Ele questionou os alunos sobre suas experiências anteriores com enigmas. Alguns relataram já ter feito essa atividade antes, enquanto outros admitiram não conhecer. Para aqueles que eram novos na prática, o professor explicou detalhadamente o conceito de enigma: cada letra representava um símbolo que eles precisavam decifrar.

Diferente das duplas do dia anterior, novas combinações foram formadas para garantir que todos interagissem e trabalhassem em colaboração. A pesquisadora fez essa escolha intencionalmente para promover a inclusão e a interação entre os alunos.

Imagem 20 – Desenvolvendo o “enigma” [1]



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024

Essa atividade se destacou como a mais rápida até então. Embora alguns alunos tivessem levado um pouco mais de tempo para resolvê-la, muitos conseguiram descobrir as respostas rapidamente. P1 pediu que todos esperassem até que cada dupla finalizasse suas descobertas antes de compartilhar suas respostas em conjunto.

O enigma do dia era a frase simples: “A criança não tem segredo”, título do produto. A empolgação tomou conta da sala quando as crianças encontraram as respostas corretas. Elas expressaram interesse em criar seu próprio alfabeto em forma de enigma para futuras atividades. Esse dia foi extremamente proveitoso enfrentando algumas dificuldades na leitura, os alunos conseguiram participar ativamente e concluir a atividade com êxito. O entusiasmo e a colaboração entre eles foram marcantes, solidificando ainda mais o aprendizado e o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Atividade: caça-palavras – quarto dia [atividade realizada por P1]

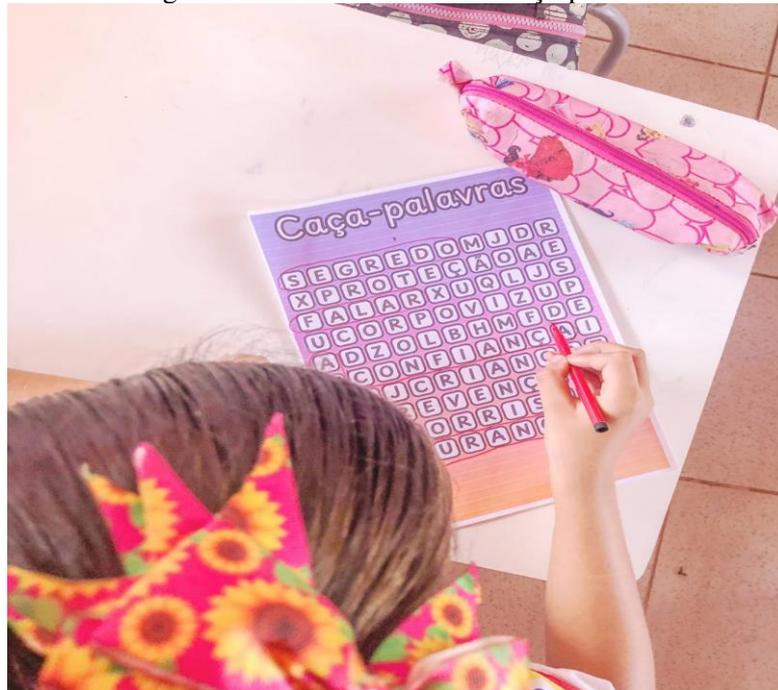
No quarto e último dia da aplicabilidade, a história foi lida novamente de forma breve, para relembrar os alunos sobre o conteúdo. Os 14 alunos presentes foram organizados em duplas, com uma nova troca de parceiros, promovendo a interação entre diferentes crianças. O objetivo do dia era realizar em conjunto a atividade proposta por meio do caça-palavras.

P2 indagou sobre a familiaridade dos alunos com essa atividade, e 12 deles afirmaram já ter feito um caça-palavras antes. Os dois alunos que não tinham essa experiência

apresentavam maior dificuldade na leitura e na escrita, e para garantir que todos pudessem participar, esses alunos foram alocados em duplas com colegas mais experientes.

As palavras escolhidas para o caça-palavras estavam relacionadas ao tema do livro que haviam lido, totalizando 12 termos que deveriam ser encontrados no diagrama. As crianças se dedicaram à atividade, algumas duplas o completaram rapidamente, enquanto outras levaram mais tempo. O professor manteve um ambiente tranquilo, respeitando o ritmo de cada aluno sem pressioná-los para concluir a tarefa.

Imagem 21 – Desenvolvendo o “caça-palavras”



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024

Após a finalização, as fotocópias dos caça-palavras foram recolhidas para análise do professor. Cada aluno teve a oportunidade de compartilhar suas impressões sobre o que aprenderam durante a atividade, gerando um momento de reflexão coletiva muito proveitoso.

Em seguida, pela primeira vez, a pesquisadora assumiu a frente da conversa com os alunos. Ela fez perguntas sobre o que eles acharam interessante no livro e quais aprendizados tiveram com ele. A interação foi rica e significativa, os alunos estavam curiosos e fizeram muitas perguntas sobre os personagens escolhidos e as razões por trás da seleção do livro.

A pesquisadora respondeu a todas as questões, aproveitando a oportunidade para perguntar aos alunos o que haviam entendido sobre os temas abordados. Eles falaram sobre prevenção e como identificar situações difíceis, discutindo aspectos como limites pessoais – como não permitir toques indesejados ou se sentar no colo de estranhos, além da importância de não tirar fotos ou gravar vídeos sem permissão.

Os alunos estavam tão engajados que alguns sugeriram que cada um deveria receber um exemplar livro. A pesquisadora explicou que essa possibilidade poderia ser considerada no futuro, mas enfatizou que o mais importante era o aprendizado e as discussões ricas que tiveram durante os dias de aplicabilidade.

Esse último dia foi um fechamento marcante com uma experiência educativa valiosa. As crianças não apenas se divertiram com as atividades propostas, como também adquiriram conhecimento significativo sobre temas tão importantes para suas vidas.

Imagem 22 – Pesquisadora em diálogo com as crianças



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024

De forma muito singela, a pesquisadora agradeceu aos educadores por terem aberto as portas de suas salas para acompanhá-la nas aulas e na aplicabilidade das atividades. Ela também expressou sua gratidão às crianças pela participação ativa na pesquisa, elas foram fundamentais ao terem acesso ao livro que foi totalmente pensado e criado para elas.

De maneira igualmente singela, a coordenadora pedagógica agradeceu à pesquisadora pelo espaço concedido à escola e elogiou imensamente à escolha da instituição como campo de pesquisa. Ela destacou que o trabalho desenvolvido trouxe algo inovador e inédito à escola, como um tema complexo, mas de maneira leve e lúdico a ser tratado.

A coordenadora pediu à pesquisadora que pensasse com carinho na possibilidade de disponibilizar o recurso educacional para outras crianças no futuro, permitindo que mais estudantes tivessem acesso ao tema trabalhado na escola de um modo geral.

### **3.6 Um diálogo entre “criança não tem segredo” e os resultados encontrados**

A educação tem um grande desafio que é fornecer um ensino de qualidade a todos os alunos, visto que há a necessidade de respeitar os aspectos culturais, éticos e sociais de cada sujeito. As instituições de ensino têm um papel muito importante na formação geral do sujeito, fornecendo-lhe competências, habilidades e conhecimentos para compreender o mundo e, principalmente, a sua realidade.

Sob essa perspectiva, em que a escola precisa fornecer conhecimentos do mundo e da realidade, foi onde a pesquisa se fundamentou, pois sabemos que o abuso sexual infantil é um problema grave e quanto mais as crianças souberem se defender melhores chances terão de evitar a consumação do fato. A ideia de trazer este tema partiu da compreensão de que é na escola que a criança passa grande parte de sua vida e o desenvolvimento da sexualidade infantil se manifesta nesse ambiente. Então, torna-se essencial que os professores recebam formações e informações sobre o abuso sexual, e, principalmente, as formas variadas de prevenção, pois o seu conhecimento pode ajudar no reconhecimento de sinais de violência.

“Criança não tem segredo” foi uma dessas formas variadas que podem ser utilizadas no espaço escolar para conscientizar as crianças sobre o autocuidado com o corpo e o zelo com a imagem. Com uma linguagem simples, o texto do livro trouxe para professores e alunos uma visão multidisciplinar da prevenção contra a violência sexual de modo que as informações contidas nele fossem refletidas, reforçando a importância da temática na vida de cada um.

Observamos que professores e alunos demonstraram interesse e se identificaram com a história diante das cenas que envolveram elementos comuns como os personagens, o enredo e as atividades contempladas no livro. Destacamos também, o comportamento, as expressões faciais e corporais, bem como a participação ativa dos grupos focais. Essas características comportamentais fizeram a pesquisadora pensar que a produção foi, de fato, atrativa e curiosa, pois provocou a vontade de participação entre todos.

Ao abordar temas complexos e sensíveis com os menores, a estratégia de utilizar ferramentas lúdicas pode facilitar a discussão e permitir que internalizem melhor as informações. As crianças, a partir da mediação dos dois professores, apresentaram-se falantes e interrogaram a todo momento questões relacionadas ao conteúdo apresentado, essas situações revelaram várias facetas criativas no momento das realizações das atividades em grupo e em dupla, o que permitiu acreditar que as ações planejadas foram efetivas para que elas reconhecessem as potenciais circunstâncias abusivas e pudessem buscar ajuda de pessoas mais experientes e assim denunciar a violação do direito humano infantil.

Concluimos que o diálogo entre “criança não tem segredo” e os resultados da pesquisa mostrou, por meio da história infantil que os alunos aprenderam noções básicas de respeito e de limite corporal, aprenderam inclusive noções de segurança e proteção individual e coletiva de forma simples e acolhedora.

Imagem 23 – Finalização da aplicabilidade



Fonte: Registro feito pela pesquisadora, 2024

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proteção das crianças contra o abuso deve ser abordada com sensibilidade e cuidado, especialmente nos primeiros anos do ensino fundamental. A elaboração de um livro voltado para a educação em prevenção foi um passo significativo nesse processo, proporcionando uma abordagem lúdica para conscientizar alunos do 3º ano sobre seus direitos e a importância de não manter segredos relacionados ao que ocorre com seus corpos.

Esta pesquisa que teve como objetivo geral promover a identificação de situações de prevenção contra o abuso sexual, ensinou crianças através de uma narrativa educativa, autoconhecer seu corpo e ter cuidados com ele. A história foi cuidadosamente elaborada para abordar o tema que é considerado complexo, de maneira acessível, permitindo que os pequenos compreendessem a gravidade do abuso e reconhecessem comportamentos inadequados. Ao longo da leitura, as crianças foram incentivadas a refletir sobre suas experiências pessoais, promovendo um espaço seguro para o diálogo.

Um levantamento histórico e biográfico foi realizado como parte da pesquisa, fundamentando nossa abordagem. Autores como Florentino (2015), Abrapia, (2002), entre outros discutiram a definição desta temática e a importância da prevenção no contexto educativo, ressaltando métodos eficazes para abordá-la nas escolas. Além disso, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) foi considerada em relação à oitava competência, que enfoca o autoconhecimento e autocuidado — aspectos que foram refletidos nesta pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar se os objetivos propostos foram atingidos com sucesso. Os dados coletados indicaram que as crianças se mostraram mais conscientes sobre seus direitos e mais dispostas a comunicar situações desconfortáveis. A problemática levantada a partir da criação de uma história, conseguiu promover não apenas a conscientização, mas também a identificação das crianças com os personagens do enredo, o que o tornou lúdico e divertido. A narrativa utilizada teve uma aceitação positiva entre os professores e os alunos, contribuindo para um melhor entendimento da tratativa dos conceitos e comportamentos relacionados ao abuso infantil.

É essencial enfatizar a criação de espaços seguros onde os alunos possam se sentir confortáveis para contar suas histórias e não manter segredos diante de situações abusivas. Além disso, a construção de uma relação respeitosa entre educadores e alunos foi fundamental para as fases desenvolvidas na pesquisa. É vital que as crianças se sintam pertencentes ao ambiente escolar, sabendo que suas vozes são ouvidas e valorizadas, essa abordagem não

apenas fortalece a confiança delas, mas também cria um espaço seguro onde podem expressar suas preocupações sem medo.

Concluimos que, apesar dos esforços realizados e dos resultados positivos obtidos em relação à conscientização das crianças sobre a prevenção a esse tipo de violência, ainda há muito a ser feito para garantir uma educação preventiva e eficaz nas escolas. Esta pesquisa enfatizou que a orientação defensiva, mediada por um recurso pedagógico como o livro criado, possui um potencial emancipador, contribuindo significativamente para a proteção e o desenvolvimento saudável dos estudantes em relação ao cuidado e a vigília com o seu corpo e a sua mente.

## REFERÊNCIAS

- ABRAPIA. **A prevenção do abuso sexual infantil: orientações e diretrizes.** 2002. 150 f. Relatório. São Paulo, 2002.
- ALMEIDA, R. A. **A formação de educadores na prevenção do abuso sexual infantil.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- ALMEIDA, R. A. **A proteção integral da criança e do adolescente: uma análise do ECA.** 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- ALMEIDA, R. A. **O ECA e a proteção dos direitos da infância no Brasil.** 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- AMADEU, Sergio. **Métodos de Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: reflexões e Práticas.** São Paulo: Vozes, 2014.
- AMARAL, M. **O reconhecimento do abuso sexual infantil como questão de saúde pública.** 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ARCARI, C. **Pipo e Fifi: prevenção de violência sexual na infância.** São Paulo: Pólen Livros, 2014.
- ARIÈS, P. **História social da infância e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, U.N.A: **Pele de asno é só história...um estudo sobre a vitimização sexual de crianças e adolescentes em família.** São Paulo: Rocca, 1998.
- BAKER, A. **A importância da criação de um ambiente seguro para crianças.** 2014. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- BATISTA, R. (2009). **Desenvolvimento psicossocial e psicossocial em crianças vítimas de abuso sexual.** Psicologia em Estudo, v. 14, n. 1, p. 28.
- BORGES, S. A. **Efeitos do abuso sexual infantil.** 2007. 14 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.** Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. **Disque 100: relatório 2022.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022.
- BRASIL. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014. Dispõe sobre medidas de prevenção à violência contra crianças e adolescentes, institui a obrigatoriedade de campanhas educativas para a conscientização sobre a proibição do uso de castigos físicos e tratamentos cruéis ou degradantes e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/113010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/113010.htm). Acesso em: 29 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA**. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 29 nov. 2024.

BRIERE, J.; LANKTREE, C. L. **Treating adult survivors of childhood abuse: a guide for the clinician**. New York: Wiley, 2008.

BRINO, H.; WILLIAMS, T. **A escola e a promoção da cidadania: desafios e perspectivas**. 2003. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DUCAN, R. **A conscientização sobre abuso sexual: um guia para adultos**. 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, J. M. **A infância e a violência: uma construção social**. 2007. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, J. M. **Educação e direitos humanos: a escola como espaço de construção da cidadania**. 2008. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FARIA, José Eduardo. **Ética e Pesquisa Científica**. São Paulo: Ática, 2009.

FINKELHOR, D. **A criança e o abuso: como reconhecer e prevenir**. 2009. 300 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de New Hampshire, New Hampshire, 2009.

FINKELHOR, D. **A violência sexual contra crianças: uma análise**. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de New Hampshire, New Hampshire, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, M. A. **A educação sexual como ferramenta de prevenção ao abuso**. 2020. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

FREITAS, M. A. **A importância da educação sexual no combate ao abuso infantil**. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

FREUD, Sigmund. **A descoberta da sexualidade infantil**. 1. ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996. p. 27.

GENTIL, A. C.; GONÇALVES, M. F. **O papel da escola na formação de cidadãos**. 2013. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, F. T. D. et al. **A escola como espaço de prevenção, identificação e combate ao abuso sexual infantil**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, v.13, p. 1520 - 1527,

2018. Disponível em: <<https://www.acervosaude.com.br/doc/REAS303.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2024

GORDON, R. **O papel dos educadores na identificação de crianças em risco.** 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

HERMAN, J. L. **Trauma e recuperação: as consequências do abuso sexual.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

HERMAN, J. L. **Trauma e recuperação: as consequências do abuso sexual.** 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

KIRKPATRICK, R. **A importância da educação sexual na infância.** 2015. 80 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LINAU, M. A. **O impacto do abuso infantil nas relações sociais.** 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

LEVINE, M. S. **The conservation principles of nursing: twenty years later.** In: RIEHLSISCA, J. P. *Conceptual models for nursing practice.* 3rd ed. New York: Appleton Lange.1989.

MACEY, K.; GIATTINA, T. **A colaboração entre escolas e serviços sociais na prevenção do abuso sexual infantil.** 2015. 90 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARTINELLI, J. **A importância do ECA na proteção dos direitos humanos.** 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2013.

MELO, R. A. **Educação para a prevenção do abuso sexual: uma abordagem curricular.** 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MIALARET, G. **Pédagogie générale.** Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

MILLER, Alice. **A dor não resolvida da infância: como o trauma nos afeta na vida adulta.** São Paulo: Cultrix, 1997.

MILLS, Linda G. **Insult to Injury: Rethinking Our Responses to Intimate Abuse.** Princeton University Press, 2003, p. 50.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, M. C de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde.** 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, C. S. V. **Educação básica no Brasil: políticas públicas e qualidade.** São Paulo: Papirus, 2005.

NASCIMENTO, R. A. **O perfil das vítimas de abuso sexual infantil no Brasil.** 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

NÓBREGA, T. P. **Corporeidade e Educação Física do corpo -objeto ao corpo sujeito**. Natal: EDUFRN, 2005.

OLIVEIRA, S. A. **A criação do ECA e sua importância na proteção das crianças**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, S. A. **O ECA como marco legal na proteção da infância**. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório sobre a saúde da criança: o impacto do abuso sexual**. Genebra: OMS, 1999.

PARO, V. H. **Qual é a função da escola?** São Paulo: Xamã, 2010.

PELISOLI, C.; PICCOLOTO, L. **O papel da escola na identificação de abuso sexual infantil**. 2010. 90 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, L. **A BNCC e a proteção dos direitos da criança**. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

PIRES, P. R.; MIYAZAKI, M. **A violência sexual contra crianças e adolescentes: uma análise das relações de poder**. 2005. 120 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2005.

PRADO, A. **O corpo e a experiência de abuso: implicações para o tratamento**. 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RANGEL, P. C. **Abuso sexual intrafamiliar recorrente**. Curitiba: Juruá Ed., 2011.

ROMARO, A.; CAPITÃO, C. **Efeitos do abuso sexual infantil e suas consequências na vida adulta**. In: Anais do Congresso Brasileiro de Psicologia. p. 151, 2007.

SANTOS, J. A. **A importância da educação sexual na infância**. 2021. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, B. R. dos. **O enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil: uma análise de situação**. Editado por Rogério Araújo. Goiânia: Cãnone Editorial, 2007.

SANTOS, B. R. **Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Seropédica: EDUR; 2011.

SAVIANI, D. **A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: princípios e diretrizes**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIBBALD et al. “Prevention and Management of Pressure Injuries, Advances in Skin & Wound Care; Santos et al. **Abuso sexual e suas implicações em ambientes de cuidados: uma abordagem integrada**”, 2016.

SILVA, J. M. **O impacto do Estatuto da Criança e do Adolescente no combate ao abuso sexual infantil**. 2018. 110 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, J. M. **Práticas nocivas e abuso sexual infantil: um panorama crítico.** 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SILVA, M. A. A. **Violência e suas consequências: um estudo sobre abusos físicos e sexuais.** 2000. 200 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SOUZA, M. A. **O papel da escola na prevenção do abuso sexual infantil.** 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

VALENTE, José Augusto. **Educação a distância: um caminho sem volta.** 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

VAN DER KOLK, B. A. **O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na superação do trauma.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989. p. 57.

## APÊNDICE

## APÊNDICE - Questionário para os professores

**1. PERFIL PESSOAL E PROFISSIONAL**

Idade:

- 20 a 30 anos  
 30 a 40 anos  
 40 a 50 anos  
 50 anos em diante

Formação acadêmica:

- Magistério  
 Graduação incompleta ( ) Graduação completa  
 Não possui graduação

Curso \_\_\_\_\_

Tempo de docência:

- 1 a 10 anos  
 10 a 20 anos  
 20 a 30 anos  
 30 anos em diante

Tempo de docência no Ensino Fundamental anos iniciais:

- 1 a 10 anos  
 10 a 20 anos  
 20 a 30 anos  
 30 anos em diante

**2. SOBRE A PREVENÇÃO CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL**

1 Você já participou de alguma formação ou capacitação sobre prevenção do abuso sexual infantil?

- Sim  
 Não

2 Em sua opinião, qual é a principal responsabilidade da escola na prevenção do abuso sexual infantil?

- Criar ambiente seguro e de apoio que promova o conhecimento sobre o tema
- Estar atenta a mudanças súbitas no comportamento dos alunos
- Inserir nos conteúdos trabalhados conhecimentos que promovam essa necessidade
- A escola não tem responsabilidade na prevenção ao abuso sexual ( ) Outros

3 Você já abordou o tema do abuso sexual infantil em suas aulas?

- Sim
- Não

Em caso positivo, relate como foi.

---



---



---

4 Você considera importante abordar o tema de prevenção ao abuso sexual infantil no espaço escolar?

- Sim, pois as crianças precisam saber protegesse.
- Sim, pois a escola é um espaço seguro para essa discussão.
- Não, pois nessa discussão há muitos tabus e mitos.
- Outros.

5 Quais métodos ou atividades você utiliza para trabalhar a conscientização sobre o corpo e os limites pessoais com seus alunos?

- Leitura de histórias e criação de desenhos sobre temática.
- Uso de teatro ou dramatizações.
- Brinquedos do sim ou não (semáforo), música e dança.
- Outros.

6 “Criança não tem segredo” é um livro criado para trabalhar de maneira lúdica a prevenção contra o abuso sexual infantil e foi desenvolvido especificamente para tratar dessa realidade com alunos do 3º ano desta escola. Você tem interesse em conhecê-lo e adaptar o enredo e as atividades propostas nas suas aulas?

- Sim tenho interesse.
- Não tenho interesse.